

Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Fátima Lima

**Corpos, Gêneros, Sexualidades:
Políticas de Subjetivação**

Textos Reunidos



editora



redeunida

Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Fátima Lima

**Corpos, Gêneros, Sexualidades:
Políticas de Subjetivação**

Textos Reunidos

2ª Edição
Revisada, atualizada
Porto Alegre, 2014
Rede UNIDA

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Adriane Pires Batiston

Emerson Elias Merhy

Izabella Matos

Ivana Barreto

João Henrique Lara do Amaral

João José Batista de Campos

Julio César Schweickardt

Laura Camargo Macruz Feuerwerker

Lisiane Böer Possa

Liliana Santos

Mara Lisiane dos Santos

Márcia Regina Cardoso Torres

Marco Akerman

Maria Luiza Jaeger

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Ricardo Burg Ceccim

Rossana Baduy

Sueli Barrios

Túlio Franco

Vanderléia Laodete Pulga

Vera Lucia Kadjaoglanian

Vera Rocha

Comissão Executiva Editorial

Janaina Matheus Collar

João Becon de Almeida Neto

Arte Gráfica - Capa

(Trans)inscrições

Kathleen Tereza da Cruz

Blog: <http://saudemicropolitica.blogspot.com.br>**Diagramação**

Luciane de Almeida Collar

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L732c Lima, Fátima

Corpos, gêneros, sexualidade : políticas de subjetivação ; textos reunidos / Fátima Lima. – 2.ed. rev. atual. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

138 p. : il. – (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

ISBN 978-85-66659-26-9

1. Sexualidade. 2. Transexualismo. 3. Identidade de gênero. I. Título. II.

Série.

CDU: 396

NLM: HQ34

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos desta edição reservados à
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA REDE UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - 90620-110 – Porto Alegre – RS
Fone: (51) 3391-1252
www.redeunida.org.br

Dedico à Márcia Arán (in memorian) com quem aprendi
que na vida acadêmica nunca podemos perder a
dignidade.

Agradecimentos

Agradecer é um ato de reconhecimento, um ato de reciprocidade.

Agradeço à Editora da Rede Unida pela oportunidade de materializar as inquietações e reflexões acadêmicas que me acompanham.

Aos/as colegas e amigos/as e companheiros/as do coletivo “Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde” não tenho dúvidas que as reflexões aqui depositadas são frutos de uma produção coletiva que tenho vivenciado com vocês nos últimos três anos.

Ao amigo e mestre Emerson Elias Merhy cujo aguçamento para o mundo e para as alteridades é fonte de inspiração constante. Obrigada querido pelo acolhimento e pela generosidade.

As inúmeras pessoas que de alguma maneira são interlocutoras nos textos aqui presentes, principalmente os e as transexuais, os/as quais alimentam de forma viva e intensa as inquietações sobre as políticas de subjetivação entrecortadas pelas dimensões de gêneros e sexualidades.

A generosidade intelectual de Marcelo Land - que prefaciou e Rodrigo Borba que posfaciou o livro.

À minha companheira Kathleen que há dez anos é o meu contraponto, a minha alteridade, o meu desejo, o meu amor.

Sumário

Apresentação.....	11
Prefácio.....	15
Subversões de Sexo(s) e Gênero(s): Contraposições ao Biocapitalismo Contemporâneo ou por uma política das multidões queer.....	19
Produções e Experiências “Trans” - saber, poder e subversões.....	35
Manifesto por uma euforia de gênero.....	51
A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões da Norma.....	63
É possível um Estado que abarque a multidão queer? Breves considerações para pensarmos a política sexual na biopolítica contemporânea.....	89
Bioteχνologias, modos de subjetivação e práticas de si nos processos de hormonização entre homens transexuais.....	111
Posfácio.....	131
Sobre a autora.....	139

Apresentação

É com alegria que apresento os textos aqui reunidos, frutos de inquietações e reflexões que têm me acompanhado nos últimos anos. Têm como ponto central as discussões sobre corpos, gêneros e sexualidades; construções fundamentais nos processos de subjetivação na biopolítica contemporânea.

Foram reunidos seis textos, apresentados em diferentes eventos acadêmicos e, em diferentes temporalidades. O primeiro deles - **“Subversões de Sexo(s) e Gênero(s): Contraposições ao Biocapitalismo Contemporâneo ou por uma política das multidões *queer*”** foi apresentado no V Colóquio Espiral Terra, Mundo Brasil” na Fundação Casa de Rui Barbosa em 01 de Setembro de 2011 que tinha como tema “Armas para lutar: crise do capitalismo global e produção de subjetividade. Nele, os corpos, gêneros e sexualidades são pensados enquanto “armas” nas “lutas” na biopolítica contemporânea. Partindo da ideia dos corpos enquanto construtos culturais e dos gêneros enquanto performativos, trago a possibilidade das multiplicidades de corpos e gêneros constituírem potente dispositivos de enfrentamento à heterossexualidade compulsória.

O segundo texto **“Produções e Experiências Trans - saber, poder e subversões”** fez parte de uma mesa de debate no Seminário “Transfobia, Cidadania e Identidade Trans” promovido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2011.

O texto põe em suspensão o termo identidade e trabalha com as múltiplas possibilidades dos processos identitários e das identidades de gênero. Tomando, mais uma vez, os gêneros enquanto performativos abre um diálogo com o pensamento de Judith Butler trazendo as transexualidades como construções históricas que tanto reiteram a matriz heteronormativa quanto apresentam possibilidades de subvertê-la.

Em seguida, o texto “Manifesto por uma euforia de gênero”, como o próprio nome sugere, foge ao formato mais acadêmico e se propõe a ser um texto-manifesto. Foi especialmente preparado para o *Queering Paradigms 4* realizado no Rio de Janeiro, em Julho de 2012. Nele, desenvolvo uma crítica à noção de disforia de gênero como termo psiquiátrico para enquadrar as múltiplas formas de vivenciar a experiência da transexualidade. Em oposição ao termo proponho a “euforia de gênero” como expressão mais condizente com a multiplicidade de corpos, gêneros e sexualidades.

O texto “A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões da Norma” apresentado no 37º encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS em Águas de Lindóia, SP, em setembro de 2013. O texto recupera a transexualidade enquanto um dispositivo histórico, múltiplo e facetado. Além disso, analisa como as diferentes experiências singulares da transexualidade podem constituir subversões ao imperativo normativo que as encerram numa patologia.

O texto “É possível um ESTADO que abarque a multidão queer? Breves considerações para pensarmos a política sexual na biopolítica contemporânea” foi publicado na Revista *Periodicus/UFBA*. Nele, o tema do Estado e das políticas queer conduzem as reflexões. Tomando como re-

ferência a noção de “nomadologia” apresentada e discutida por Félix Guattari e Gilles Deleuze, o texto traz a potência das possibilidades queer enquanto máquinas de guerra e não aparelhos de capturas.

Por fim, o último texto “Biotecnologias, modos de subjetivação e práticas de si nos processos de hormonização entre homens transexuais” foi publicado nos Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Nele, o tema da hormonização em transexuais masculinos vira um potente sinalizador para discutirmos as biotecnologias e a dobra assujeitamento/resistência na biopolítica atual.

Espero que as leituras constituam potentes dispositivos de desnaturalização dos corpos, gêneros e sexualidades, entendendo-os como produções historicamente construídas e em constantes transformações no mesmo tempo e nos mesmos espaços.

Prefácio

O livro que se segue com textos reunidos da Professora Fatima Lima é uma obra acadêmica pelo avesso, mas também é o avesso disto. No primeiro sentido, ela usa a produção de saber de uma série de autores, que tematizaram a relação entre saber-poder-subjetividade e luta pela liberdade de uma forma inovadora no mundo pós-68 do século XX, para situar as temáticas das lutas por reconhecimento das mutidões queer como uma etapa fundamental para a construção da democracia. Sendo assim, como forma de luta e resistência ao padrão heteronormativo, a autora utiliza a produção de Michel Foucault para desmontar a aliturgia médico-psiquiátrica, que fundamenta as práticas de governo pela verdade que buscam sujeitar os corpos não-heteronormatizáveis. Ela demonstra também a sagacidade da máquina de controle de corpos e de produção de subjetividades construídas pelas práticas biopolíticas mais recentes, que procuram assimilar as diferenças pela construção de multiplicidades de identidades capturáveis pelo fetiche da mercadoria. Neste sentido, denuncia a proliferação da farmacopornografia como mecanismo de captura e subjetivação, capaz de gerar a mais-valia, não pela exploração do trabalho pelo detentor dos meios de produção, mas por fazer os corpos trabalharem a favor do consumo desenfreado de fontes excitações “sexuais”. Esta capacidade de fazer os corpos biológicos trabalharem regulados pelo fetiche da mercadoria, não mais sujeitos aos regimes disciplinares rigorosos do século XVIII, é o que a autora chama de biocapitalismo moderno. O avesso do acadêmico, tomado em sua pretensa isenção metodológica,

é, portanto, o caráter de denúncia militante e de manifesto dos textos.

Mas é também o avesso disto, porque é acadêmico no sentido pleno, já que devemos reconhecer que toda produção acadêmica é fruto de uma agir militante. E não se pode fugir do valor do valor que condiciona a visão e paixão do pesquisador pelo seu objeto. E qual é o objeto que fascina e move a autora? O objeto é a tensão que existe entre (1) entender, descrever e acolher os significados das múltiplas identidades trans, entendidas como produção cultural, em toda a sua potência criativa e subversiva, e (2) compreender que estas identidades são também produções biopolíticas em senso estrito e denunciar como elas podem ser mecanismos de sujeição potentíssimos. Na verdade, esta tensão é constitutiva de todas as lutas sociais e políticas atuais. Por um lado, não há como não ser solidário com a escolha da forma de vida que as pessoas fazem em uma dada cultura, desde que ela não seja fonte de crueldade e humilhação do outro. Por outro lado, as práticas de sujeição aos estilos de vidas que a cultura quer impor a cada uma das identidades devem ser denunciadas e combatidas, quando se reconhecer que elas são fontes potenciais de perda de autonomia e ao direito à busca de uma vida lograda e mais solidária. O livro que se segue se equilibra neste delicado balanço de afetos que a autora tem com seu objeto: em um braço, solidariedade, curiosidade e admiração, no outro, necessidade de denúncia dos possíveis efeitos deletérios das capturas subjetivantes irrefletidas.

O tema do cuidado de si como prática de liberdade, descrito em uma das últimas entrevistas de Michel Foucault, se insinua em cada um dos textos aqui apresentados. E por que? Porque nenhuma luta pela liberdade hoje será consequente se for pensada somente no território cognitivo de uma tomada de consciência. As práticas libertárias

contemporâneas têm necessariamente de envolver o cuidado de si no sentido mais amplo, incluindo o lugar que o agir corporal ocupa no estar no mundo dos sujeitos. Assim, a autora tem de abordar os temas da performatividade e da euforia como chaves para entender sujeição e liberdade.

Em suma, um livro imperdível para todos os que não tem livrofobia.

Marcelo Land

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2014.

Subversões de Sexo(s) e Gênero(s): Contraposições ao Biocapitalismo Contemporâneo ou por uma política das multidões *queer*¹

“Se a subversão é possível será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para o seu passado natural, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais”.

Judith Butler.

Apresentação

O presente texto propõe pensar como certas invenções corporais e performatividades de gênero podem ganhar a dimensão de “armas” nas “lutas” contemporâneas. Os verbetes “arma” e “luta” nos provocam, num primeiro momento, a pensar sobre esses dois conceitos, procurando perceber, não apenas como a teoria social tem se apropriado deles, mas como o imaginário e o campo de relações práticas atribuem significados aos mesmos.

Segundo o Houaiss (2001) o verbete “arma” significa, entre outras coisas, um “instrumento, mecanismo, aparelho,

¹ Texto apresentado no V Colóquio Espiral Terra, Mundo Brasil com o tema “Armas para lutar: crise do capitalismo global e produção de subjetividade” na Fundação Casa de Rui Barbosa. 01 de Setembro de 2011.

preparado ou adaptado para proporcionar vantagem no ataque e na defesa numa luta, batalha ou guerra”. Assim, o termo “luta” aparece como condição *sine qua non* da guerra definida como “qualquer contenda com ou sem armas, conflito, guerra” (HOUAISS, 2001). Assim, de maneira global e macrossociológica esses conceitos assumiram, durante muito tempo, um papel universal, sustentado na ideia de uma grande guerra contra o Estado Capitalista e, por outro lado, a ideia de uma grande revolução “proletária” em escala mundial contra o grande monstro capitalista, a expropriação do trabalhador e a produção da mais-valia.

Neste sentido, a presente reflexão traz como possibilidades pensar a produção de resistências a alguns dispositivos de controle no capitalismo global, principalmente os processos de assujeitamentos dos corpos à matriz heteronormativa. Traz para o contexto as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim possibilidades de “subverter” a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória. Ressalta-se, também o verbo subverter que na maioria dos dicionários da língua portuguesa significa, entre outras coisas “desordenar, desorganizar, destruir” (HOUAISS, 2001). Percebe-se que os conservadorismos presentes nos dicionários não dão conta de perceber a potência das subversões. Positiva-se, assim, o termo “subversão” e o toma como uma grande possibilidade de minar a tênue, mas rígida fronteira (ficcional) entre o que culturalmente designou-se gênero.

A reflexão se propõe ir além do aspecto macrossociológico do capitalismo, incorporando os processos de luta e resistências. Entendendo que o macropolítico e micropolítico são indissociáveis, segue pelo caminho da micropolítica das vidas cotidianas onde,

a partir deste ponto de vista, “(...) uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação (...)” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.94). A aposta é na molecularidade onde os universais e as explicações essencialistas, ontológicas e metafísicas sobre o humano e a dimensão social não dão conta de perceber, interpretar e contribuir para outras e novas configurações de alteridades.

Nessa perspectiva, os sujeitos são tomados como historicamente constituídos através de feixe de relações de força que opera simultaneamente sobre corpos individuais e sobre processos coletivos (o corpo social) (FOUCAULT, 1997, 2002a, 2002b). Rompe com a noção ontológica do sujeito para pensá-lo no âmbito do poder e das normas de inteligibilidade social. Opõem-se radicalmente a ideia de essência, de uma ontologia do ser e de uma base natural e biológica para explicar a invenção do humano. É preciso, como coloca Beatriz Preciado (2011), des-ontologizar as políticas das identidades, retirá-las de uma base biológica e naturalizante. Faz-se necessário combater o império sexual na contemporaneidade, desterritorializar a sexopolítica esta

(...) uma das formas dominantes da ação biopolítica do capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos assim chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais, mas também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviadas) faz parte dos cálculos do poder, transformando o discurso sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais em um agente de controle sobre a vida (PRECIADO, 2011, p.12).

Por outro lado, faz-se necessário pensar que as resistências constituem o contraponto do poder, as resistências operam onde o poder atua. É no âmbito da ordem heteronormativa que emergem formas de resistência onde as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim as possibilidades de subverter a ordem estabelecida ganham visibilidades e força na sua multiplicidade.

O presente texto não se propõe falar de gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, mulheres e homens, não se prende a nenhuma expressão do demasiado humano; propõe refletir sobre as possibilidades de subverter, vazar uma invenção ficcional e uma regulação normativa que se impôs como modelo - a heteronormatividade compulsória. Fala de um devir minoritário, onde "(...) não existe devir majoritário. A maioria não é nunca um devir (...)" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.52).

Propõe trazer à tona formas de subjetividade e modos de vida que reiteram e ao mesmo tempo se opõem e/ou negam a matriz heteronormativa, assumindo, muitas vezes uma dimensão de "anormalidade": as *butchs* (lésbicas masculinizadas), as práticas sadomasoquistas, os corpos bizarros, os corpos obesos, os corpos mutilados, corpos travestis, os/as transexuais, os/as intersexuados, entre tantos. Traz para cena milhares de vozes "subalternas", cada vez mais potentes; fala a partir das multidões e do que em comum há nelas (HARDT; NEGRI, 2005). As multidões *queer* e sua dimensão de anormalidades tornam-se vozes, cada vez mais potentes, a falar de si (PRECIADO, 2011), a produzir expertises, a desafiar o *status quo* do conhecimento ocidental - branco e colonizador (HARAWAY, 1995).

Por "multidões queer" entende-se todo um processo de desterritorialização da heterossexualidade e de reterritorializações de uma multiplicidade de modos

de subjetivação que subvertem e/ou alargam a ordem estabelecida. Como diz Preciado (2011, p.14)

O corpo da multidão *queer* aparece no centro disso que chamei, para retomar uma expressão de Deleuze, de um trabalho de "desterritorialização" da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (é preciso, então, falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não do gueto) quanto o espaço corporal. Esse processo de "desterritorialização" do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se "normal". Que existam tecnologias precisas de produção dos corpos "normais" ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. Pelo contrário, porque porta em si mesma, como fracasso ou resíduo, a história das tecnologias de normalização dos corpos, a multidão *queer* tem também a possibilidade de intervir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual.

Neste sentido, o termo "queer" aqui assume a dimensão positiva para referenciar performatividades que tensionam os padrões de normalidade. Usado, durante muito tempo, principalmente no contexto norte americano, como uma forma de depreciação, xingamento, inferiorização com aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade; o termo foi positivado tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos sociais e passou a ser usado como uma forma de se referir aos processos de subjetivação que subvertem os dispositivos de controle, em particular, o dispositivo da sexualidade. Como diz Eve Sedgwick o termo queer refere-se:

“(…) à mistura de possibilidades, hiatos, dissonâncias e ressonâncias, saltos e excessos de sentido, quando os elementos constitutivos da sexualidade das pessoas não são (ou não podem ser) levados a produzir significados monolíticos” (SEDGWICK, 1993, p.8).

Antes de retomar a questão do capitalismo global procurando perceber as possibilidades das subversões de gêneros constituírem armas para lutar, faz-se necessário abrir brevemente uma exposição sobre as categorias sexo, gênero, sexualidade, corpo e desejo; exercício este que tem como interlocução as reflexões de Michel Foucault (1984; 1985; 1997; 2002a; 2002b; 2004; 2005a; 2005b; 2010), Judith Butler (1993; 1997; 2002; 2003; 2004; 2009), Donna Haraway (1995, 2000), Beatriz Preciado (2005; 2008; 2011), Thomas Laqueur (2001) entre outros/as teóricos/as que tem desconstruído ideias essencializadas e colocado em discussão a pluralidade invencional dos mesmos.

Ressalta-se que as reflexões teóricas não são tomadas como verdade absoluta, como algo no qual as realidades cabem, mas como respostas, ainda que variáveis e transitórias, às vicissitudes destas. Foucault, Judith Butler, entre outros, insistem que não produzem teorias para dar conta de realidades, mas produzem, a partir dessas experiências, possibilidades de pensá-las.

Gêneros enquanto performatividades

As contribuições do pensamento de Judith Butler às discussões no campo dos estudos de gênero sem dúvida constituem um divisor nas explicações que circundam a relação sexo/corpo/gênero/desejo. Tomando como referência as discussões de John Austin no campo da linguagem e de Derrida sobre a noção de citacionalidade, a

discussão dos gêneros como atos performativos trouxe um re-pensar para questões nevrálgicas neste campo.

Para BUTLER (2003) os gêneros constituem construções performativas onde nem os sujeitos antecedem discursos, nem os discursos antecedem os sujeitos. Enquanto “sujeitos gendrados” estes se tornam inteligíveis a partir de uma reiteração discursiva - que produz uma materialidade - através da relação com a matriz heteronormativa.

Portanto, tem-se aqui uma oposição à noção de um sujeito, de um corpo universal que antecede as relações de gênero bem como uma oposição a ideia de que os gêneros constituem atributos culturais que se inscrevem sobre um corpo preexistente. Nas análises Butlerianas os sujeitos se tornam inteligíveis, possíveis de serem reconhecidos na gramática social, porque são, antes de tudo, sujeitos de gênero, gendrados através do que ela denomina como matriz da inteligibilidade cultural, ou seja, só nos tornamos inteligíveis (reconhecidos culturalmente) a partir de atos performativos (atos de fala e práticas) que nos gendram (BUTLER, 2003).

Assim, os corpos materializam-se a partir da reiteração constante entre a norma e o sexo. O gênero é produzido no âmbito desse movimento cujas reiterações constantes engendram, legitimam e reconhecem a matriz caracterizada pelo binarismo e pela heterossexualidade. Constitui-se através de uma série de inclusões/exclusões produzindo uma “falsa estabilização do gênero”, um falso efeito de substância e essência. Portanto, os gêneros são, antes de tudo, ficcionais. No entanto, na sua materialidade, assumem contornos políticos importantes que acabam por segregar, estigmatizar e, por vezes, eliminar os outros que não correspondem à ideia de normalidade.

Entendendo que os sujeitos só se tornam inteligíveis quando adquirem consonância com a matriz

heteronormativa; torna-se pertinente questionar em que medida as práticas reguladoras do gênero (dispositivos de controle) constituem os sujeitos e as designadas identidades de gênero e, perceber, como certas performatividades passam a atuar nas gramáticas socioculturais como formas de tensão entre o que se designa como norma e o que está fora dela (anormalidade).

Partindo do pressuposto de que os gêneros inteligíveis - instituem e mantêm uma relação de coerência entre sexo/gênero/práticas sexuais e desejos e a descontinuidade e a incoerência só podem se constituir em relação à norma - percebe-se que matriz exige que certos tipos de performatividades não possam existir. Nesse contexto encontram-se as práticas que não apresentam uma relação entre sexo e gênero e entre sexo, gênero e práticas do desejo, as “abjeções” que se produzem na reiteração com a norma heterossexual constituindo um exterior constitutivo a própria matriz. “Esta matriz excludente mediante a qual se formam os sujeitos requer, pois a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, daqueles que não são sujeitos, formando o exterior constitutivo do campo. O abjeto designa precisamente aquelas zonas invisíveis, inabitáveis da vida social” (BUTLER, 2002, p.20). É sobre esta zona invisível, inabitável, abjeta que reside a potência da anormalidade, a potência das monstruosidades.

A Invenção dos Sexo(s)/Gênero(s)/Sexualidades

Parece, num primeiro momento e, ainda continua por persistir, seja no campo discursivo quanto nas práticas sociais, que o sexo, em sua dimensão designada como biológica, marca-se por sua irreduzível dicotomia. Afinal muitos dirão: ou é homem ou mulher, ou fêmea ou macho, as genitálias estão aí para evidenciar a sua radical dicotomia,

salvo o que se designa como “anomalias genitais” - os estados intersexuais. No entanto, podemos tomar os sexos não como um destino biológico, mas como uma invenção, uma norma regulatória que impõe sobre os corpos formas de existir cuja heteronormatividade é o modelo dominante e compulsório.

Foucault (1997) já chamava a atenção para o caráter ficcional da noção de sexo, produzindo e agrupando numa unidade artificial elementos biológicos, fisiológicos, condutas, sensações e prazeres.

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situada como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legítima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento (BUTLER, 2003, p.143).

Butler, seguindo as pistas de Michel Foucault, reforça essa ideia colocando o sexo como uma norma, como um ideal regulatório, como uma prática que acaba por produzir os corpos que governam. Nessa regulação, a ideia de sexo produz uma sensação de essência, de universalidade, de um substrato que confere aos corpos sentido, substância, verdades, mas nem sempre foi assim, nem sempre os sexos tiveram essa conotação e força. O sexo tem uma história.

A reflexão apresentada por Thomas Laqueur (2001) na obra “Inventando os Sexos - dos gregos à Freud” torna-se um elemento potente na medida em que analisa, de forma minuciosa, a construção do modelo (ontológico) dos dois

sexos na cultura ocidental no século XIX. Laqueur expõe a ideia de que desde os textos médicos (Galeno), filosóficos (Aristóteles) até o pensamento freudiano o modelo que vigorou foi de um sexo único (*one-sex-model*) – o sexo masculino como elemento definidor das relações sociais e do campo da política. Nem o desenvolvimento da anatomia moderna, a partir dos séculos XIV e XV se construiu em cima de dois modelos de sexo. Eram percebidos duas genitálias e dois corpos – designados macho e fêmea, no entanto, no campo político, o corpo e sexo designado como masculino ganhava uma hegemonia determinante sobre o corpo e a genitália designada como feminina. “Durante grande parte do século XVII, ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural, e não pertencer organicamente a um sexo ou a outro. O sexo era ainda uma categoria sociológica, não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p.177).

Os sexos constituem antes de tudo uma invenção, uma invenção moderna, uma invenção capitalista e, certamente a noção de gênero se revela como também ficcional na medida em que, durante muito tempo, sustentou e sustenta a ideia de um contínuo entre gênero e sexo e/ou sexo e gênero. O sexo na sua dimensão ontológica, como antecedente aos sujeitos e corpos se consolida dentro de um modelo biológico que ganha força no século XIX. “Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado” (LAQUEUR, 2001, p.189).

Emerge aqui uma crítica à ideia do sexo como causa; como essência interior. O sexo passa a ser entendido como efeito de relações de poder. Assim interpretado, o sexo seria também uma estratégia discursiva e uma produção do poder que o naturaliza e o oculta nas relações sociais, produzindo uma causalidade que passa a ser a origem de tudo.

Biopolítica contemporânea e subversões

É preciso assinalar como ponto de partida que o capitalismo moderno emerge, entre outras características, sobre a divisão sexual do trabalho cujos corpos foram capturados e otimizados ao máximo da produção, no âmbito de uma divisão social, que levava em consideração a radical dicotomia dos sexos.

O modelo heteronormativo é um dos pilares do complexo modo de produção capitalista. No auge da modernidade, os valores burgueses consolidaram o modelo de família patriarcal, a maternidade surge como uma invenção na medida em que a noção de infância passa a assumir um papel de suma relevância. A família nuclear, a mulher reprodutora e seus filhos constituem um dos pilares que sustenta e alimenta a reprodução do capital. Foi no âmbito do biopoder, que os corpos, na sua dimensão anatofisiológica e na sua dimensão social, passaram a constituir dispositivos complexos onde o controle e a disciplinarização foram a força motriz no primeiro momento. Foi com base no natural, no biológico, na diferença sexual que o capitalismo, entre outras características, tornou-se, cada vez mais hegemônico.

A pergunta central consiste em pensar como os corpos que não se conformam à matriz heteronormativa têm, cada vez mais, força e visibilidade, reclamam e ocupam lugares na gramática social. O que mudou, ou melhor, quais as transformações operadas no âmbito do sistema capitalista que redefiniram, remodelaram e ampliaram o biopoder, a biopolítica e a produção de resistências nos domínios do poder? Quais as configurações que esse poder vai tomando no século XX, principalmente pós II Guerra Mundial cuja característica é a biologização cada vez maior da vida e do vivente.

Nesse ponto, as reflexões de Beatriz Preciado (2008, 2011) ampliam e atualizam a biopolítica. Um dos conceitos chave em suas discussões é a noção de “sexopolítica”. Tomando o pensamento de Foucault, mais precisamente o conceito de biopoder e biopolítica, a autora desenvolve uma crítica à forma contemporânea do funcionamento dos dispositivos de poder sobre corpos e subjetividades. Alargando as fronteiras epistemológicas do pensamento de Foucault, Preciado volta às observações empíricas para o contemporâneo onde a proliferação das tecnologias corporais constitui sua principal característica. A medicalização e tratamento das crianças intersexuais, a gestão cirúrgica da transexualidade, a reconstrução e “aumento” da masculinidade e da feminilidade normativas, a regulação do trabalho sexual pelo Estado, o *boom* das indústrias pornográficas fazem parte da parafernália atual que coloca, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do estado e do capitalismo. A gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade é o negócio do novo milênio cuja uma nova “governamentalidade” emerge principalmente das ruínas da II guerra mundial onde o investimento no sexo e na sexualidade desencadeou no que a autora designa como “Era Farmacopornográfica” ou o “Biocapitalismo” (PRECIADO, 2008).

A marca do biocapitalismo ou da era farmacopornográfica é uma engenhosa captura e produção de subjetividades pelas tecnologias (entre elas as tecnologias de gênero) caracterizada pela produção de hormônios sintéticos, de novas fármacos - a metadona, os analgésicos, a aspirina, as drogas sintéticas, as cirurgias como vaginoplastias e faloplastias, cirurgias plásticas, lifting, cirurgias reconstrutoras nos soldados de guerra, secobarbital, prozac, viagra, as próteses de todo tipo, a indústria pornográfica, as bonecas infláveis, os vibradores e pênis plásticos e borrachados, o estrogênio, a progesterona,

a testosterona, a endocrinologia, a sexologia entre tantos outros dispositivos de controle imprimem a marca da era farmacopornográfica cuja circulação intensa de substâncias e elementos semióticos vem produzindo novos modos de subjetividade através do duplo mecanismo de excitação e controle

Como subverter essa ordem? Será que somos apenas assujeitamentos na era farmacopornográfica? Como podemos pensar as resistências no capitalismo global? Como reconverter os discursos e práticas sobre as abjeções e as “anormalidades” trazendo sua potência de vida? Como tornar as vozes “subalternas” cada vez mais visíveis e audíveis se apropriando dos saberes hegemônicos, inclusive a própria ciência?

A noção de multidão aparece aqui em oposição ou no lugar de diferença sexual. O centro das discussões em torno do gênero e das identidades está muito mais centrado nas possibilidades das multidões queer: as lésbicas caminhoneiras, os ciborgues, os corpos transgêneros, entre outras expressões. Essa política das “minorias” que se converte em uma “política das multidões” possui capacidade de reafirmação de modos de vida que se opõem as formas de vida reconhecidas e legitimadas como normais. As multidões *queer* ocupam, na atualidade, um lugar de tensionamento e subversão da ordem vigente. Nesse contexto, “o monstro sexual que tem por nome multidão se torna *queer*”, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. Assim, a política *Queer*, a política das multidões atua no ínterim entre o que podemos ser e o que devemos ser, e nós podemos ser muitas coisas.

Referências

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Cuerpos que importam**. Buenos Aires. Paidós, 2002.

_____. La Invencion de la palabra. Entrevista. **Página 12**, Suplemento Soy, Maio, 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-742-2009-05-09.html>.

_____. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Sintesis, 1997.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004

DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, G. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34,1996. v.3.

_____. Sobre alguns regimes de signos In: DELEUZE, G. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34,1996. v.2.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: M. Fontes, 2002b.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 2005b.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997 .

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de

Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005a.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humanismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995. [orig. The science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988].

HARDT, M. & NEGRI, Antonio. **Multidão – Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAQUEUR, T. **Inventado o sexo**. Rio de Janeiro: R. Dumará, 2001. Tradução de Vera Whately.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, abr. 2011

_____. Savoirs_Vampires@War. **Multitudes**, n.20 (2005).

_____. **Testo Yonqui**. Madri: Espasa, 2008. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/>

SEDGWICK, E. **Tendencies**. Durham: Duke Presse, 1993.

Produções e Experiências “Trans” - saber, poder e subversões.¹

Apresentação

Falar sobre “identidades trans” e seus modos de vida é uma tarefa que exige um trabalho cartográfico² (ROLNIK, 2011). No entanto, tal tarefa requer tempo para garimpar a genealogia dos conceitos e práticas, pois a complexa construção do que se designa como “identidades” se produz e funciona a partir de um intrincado jogo entre o eu e o outro, marcado por relações de poder, processos de assujeitamentos e possibilidades de subversões que se inscrevem no mundo dos significados sociais e no campo da política.

Neste breve texto, proponho pensarmos as construções e operacionalizações da categoria “identidade” e, conseqüentemente, o intrincado jogo de produção que reveste os processos identitários. Tomo, como material de análise, as vozes de diferentes transexuais bem como outros sujeitos sociais que convivem com as experiências

¹ Texto apresentado no II Trans day na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC nos dias 10 e 11 de outubro de 2011.

² Aqui faço referência ao conceito de cartografia presentes nas discussões apresentadas por Suely Rolnik (2007, p.23) quando coloca que “para o geógrafo, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis, A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”.

trans sejam nos serviços de saúde ou outros espaços³.

Em 1982, numa entrevista traduzida como “Escolha sexual, ato sexual” Michel Foucault quando questionado sobre a diferença entre a homossexualidade masculina e a feminina, sendo esta última caracterizada pela estabilidade, afetividade e compromisso longo em oposição à homossexualidade masculina, responde: “Não posso deixar de cair na risada”. A risada Foucaultiana não é um deboche, não é um menosprezo ao conceito de identidade, mas uma provocação; uma recusa em pensar as possibilidades de vida a partir das ideias essenciais. Assim, dissertar sobre essa relação requer problematizar alguns conceitos que circundam o centro deste debate, principalmente o conceito de identidade.

O conceito “identidade” foi e é central nas reflexões e teorias sociais. É uma categoria ferramenta para pensarmos a relação com nós mesmos, as produções do “eu” na relação com o outro bem como as construções coletivas de pertencimentos sejam eles de nação (territórios), raças, gêneros, sexualidades, gostos e estilos. Durante décadas diversas pesquisas tiveram como *locus* privilegiado determinados *ethos* demarcados pelo conceito de identidade, destacando as mulheres, os (as) negros (as) e as diferentes expressões “gays”. Estes estudos foram relevantes na medida em que diferentes modos de vida que se encontravam à margem dos estudos sociais passaram a ocupar cada vez mais as discussões acadêmicas. No entanto,

³ As vozes etnográficas que se fazem aqui presente é fruto do trabalho de campo de campo da tese de doutoramento em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social/IMS – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ intitulada “A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans” bem como do banco de dados da pesquisa “Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral”. Entre os (as) entrevistados (as) constam transexuais, profissionais de saúde, militantes e/ou diferentes pessoas que de alguma forma interagem com os sujeitos que vivenciam as experiências trans.

as mudanças pós estruturalista junto ao desconstrutivismo nas teorias sociais colocaram em discussão o conceito de identidade como algo hermético e universal.

Em oposição às teorias universalistas, centradas na construção de um sujeito único, cartesiano e iluminista explodiu uma rizomaticidade conceitual que desterritorializou a ideia da identidade como algo fechado, heterogêneo e “quase” imutável. Termos como singularidades, expressões identitárias, entre outros alargaram e/ou subverteram a noção de identidade. No âmbito desse movimento, os Estudos *Queer* emergiram e se consolidam como uma possibilidade de interpretar as questões de gênero e sua relação com as identidades, sexo, sexualidade e desejo.

Assim, o primeiro ponto que gostaria de ressaltar é: discutir sobre identidades é navegar na sua construção conceitual, seus desafios e paradoxos, entendendo suas limitações e (resistências) no intrincado jogo entre o eu e o outro.

Nesse entendimento,

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implica no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são

mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 39)

Proponho, assim, dissertar sobre formas de subjetividades e modos de vida que reiteram ao tempo em que se opõem e negam a heteronormatividade, assumindo, muitas vezes uma dimensão de “anormalidade”: *butchs* (lésbicas masculinizadas), lésbicas sadomasoquistas, corpos bizarros, as travestis, transexuais, intersexs, entre outras formas de estar no mundo. O termo “trans” aqui expressa as vivências que atravessam e vazam a naturalização dos corpos, a biologização das identidades, o binarismo dos gêneros e os enquadramentos classificatórios, principalmente as experiências travestis, transexuais e transgêneros. Como essas possibilidades são produzidas e como se situam na gramática social é o ponto central para que possamos discutir os comportamentos transfóbicos e as possibilidades de outras formas de relações sociais que não sejam marcadas pelo ódio e pela violência.

Ressalto, porém, que a possibilidade de modos de vida, de criação humana não é um mundo com “(...) sorrisos pairando à toa” (FOUCAULT, apud BUTLER, 2003, p.143), um mundo de felicidade plena destituída de qualquer relação de dominação, de qualquer processo de assujeitamento; pelo contrário constituem mundos onde a invenção do humano é entrecortada por relações de poder, constituem efeitos dos micropoderes onde determinadas expressões de singularidades se produzem numa dimensão

de abjeção, de não reconhecimento, de injúria verbal, de violência física, moral, sexual, entre outras. Entre essas formas de ser e estar “em mundos” encontram-se as experiências trans cortadas, muitas vezes, por violências cotidianas seja em sua dimensão simbólica e/ou concreta.

Neste sentido, as construções identitárias presentes nos discursos das transmúlheres são, na grande maioria, marcadas por um modelo de feminino hegemônico e heteronormativo. Esse modelo acaba, muitas vezes, guiando as construções corporais e modos de vida inclusive a condução no âmbito de determinados serviços de saúde; promovendo uma essencialização do que é ser mulher e do que é ser homem.

Dessa forma, falar de identidade requer necessariamente falar das identidades de gênero. Teóricos como Michel Foucault (1982; 1997), Donna Haraway (1995; 2000), Beatriz Preciado (2004; 2007; 2008) e principalmente Judith Butler (1993; 1997; 2000; 2003; 2004; 2009) recusam às discussões que defendem uma anterioridade dos sujeitos (os corpos) e/ou dos discursos bem como a definição das identidades a partir de fundamentos universais, ontológicos e biológicos.

Para Butler (2003, p.143) Michel Foucault já chamava a atenção para o caráter ficcional da noção de sexo, produzindo e agrupando numa unidade artificial elementos biológicos, fisiológicos, condutas, sensações e prazeres.

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situadas como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda

análise que a tome acriticamente como um pressuposto ampla e legítima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento (BUTLER, 2003, p.143).

Butler (2003), seguindo as pistas de Michel Foucault, reforça essa ideia colocando o sexo como uma norma, como um ideal regulatório, como uma prática “que produz os corpos que governam”. Assim,

seria errado supor que a discussão sobre a identidade deva ser anterior à discussão sobre identidade de gênero, pela simples razão que os sujeitos só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis onde “(...) gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2003, p.38).

Para a autora, os sujeitos se tornam inteligíveis, possíveis de serem reconhecidos na gramática social, porque são antes de tudo sujeitos de gênero, “gendrados” na relação com a matriz da inteligibilidade cultural que tem como norma compulsória a heterossexualidade. Dessa forma, os corpos materializam-se a partir das reiterações constantes entre a norma e o sexo. O gênero é produzido no âmbito desse movimento que legitima o binarismo como estruturante dos discursos e práticas.

Os atos performativos são na verdade estratégias que tem como finalidade manter a estabilidade da matriz, que através da repetição produz o efeito de gênero onde

(...) se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente

isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a platéia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a creditar, exercendo-a sob forma de uma crença. O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada (...) (BUTLER, 2003, p.201).

Assim,

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p.201).

No âmbito das possibilidades performativas de gênero encontram-se a construção de um conjunto de corporeidades e vivências que não são reconhecidas como inteligíveis no tecido social, pois não se produzem dentro do que determina a norma. Esses sujeitos formam um exterior constitutivo que se caracteriza não apenas com o que está fora, o que se opõe, mas como uma zona de produção que só se torna possível na relação com a matriz (BUTLER, 2003). A essa pluralidade de possibilidades a autora chama de “abjetos” ou uma “zona de abjeção” cujo termo e seu sentido “(...) designa (...) aquelas zonas invisíveis, inabitáveis da vida social, que (...) estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos, mas cuja condição de viver abaixo do signo do invisível é necessária para circunscrever a esfera dos sujeitos” (Butler, 2002 p.20).

É nítido o entendimento de que, a abjeção ou a produção desta deve ser compreendida como um processo que depende de uma contextualização, de um jogo de poder e posições onde dependendo do lugar que se ocupa o corpo pode ou não está numa dimensão de abjeção. O mais importante, nessa discussão, é entender que a matriz da inteligibilidade paradoxalmente não captura a todos. Que há corpos que fogem, que subvertem a norma, mesmo estando numa constante reiteração com essa norma. Como esses espaços de abjeção são historicamente produzidos e mudam dependendo das articulações discursivas e das intervenções práticas é o que torna o debate interessante.

Essa “desorganização” em relação às normas de gênero estabelecidas pode ser percebida nas diferentes falas das (os) transexuais expressas através das dificuldades em se reconhecerem, principalmente na adolescência, cujos corpos assinalam de forma mais evidente a relação com o gênero e a sexualidade. Expressões “O que sou? “Que corpo é esse?” “ Como me vejo?”, entre outras interlocuções, externalizam o confronto cotidiano com os padrões estabelecidos; apresentando em seu bojo um sofrimento psíquico que passa a marcar a trajetória dos sujeitos nas experiências das transexualidades. Essa dúvida, confusão e sofrimento psíquico foi possível ser percebidos em diversos discursos das (os) transexuais:

Com os meus 12 anos, na adolescência, quando eu comecei a mudar, eu não entendia o que estava acontecendo. O que eu estava fazendo ali, se eu pensava e agia de outro jeito? Eu saía na rua de um jeito e quando chegava na rua me vestia de outro e aquilo me fazia mal. Quando eu voltava para casa colocava aquelas roupinhas tudo de volta para a minha mãe não ver (Beatriz, transexual).

Essa experiência também foi vivenciada pelo transexual Antônio que na infância e adolescência se viu pressionado pelas normas de gênero que insistiam em associá-lo ao feminino.

É... a idade de... de quatorze anos eu tentei... ser um pouco mais ...procurar o feminino. “Está acontecendo algo, eu sou uma mulher, tal. Mas não deu certo... não deu certo. Quanto mais eu procurava, mais eu sentia a diferença entre as minhas amigas, as minhas primas. Aí foi quando eu falei com a minha família. Falei “não, está acontecendo isso, isso.

Essas dificuldades também podem ser percebidas nos profissionais ao lidar com o caráter paradoxal que a transexualidade instaura. Nesse ínterim, a relação da transexualidade com a norma institucional não se dá de forma lisa e homogênea, mas coexiste num jogo de forças cuja heteronormatividade organiza o campo conceitual e as práticas em torno da experiência transexual. As tentativas de enquadramento em identidades sexuais estanques têm sido recorrentes nos espaços que produzem saberes e legitimam-se como espaços de práticas também. Eduardo apresenta, de forma clara, esse tensionamento, quando desvela a dificuldade que o *ethos* médico tem de lidar com o fato de ele ter tido um filho.

Para Dra. M., eu não sou transexual, sou travesti porque eu tenho um filho. Transexual não teria filho, é aquela coisa doente mesmo, se você pega o pinto assim, se você tem nojo do seu corpo. Por isso que já tem uma escola, por exemplo, você foi lá e conseguiu fazer uma cirurgia, então, o que eu tenho que falar? Porque é isso, é metódico, é aquela coisa” (Eduardo, transexual).

O fragmento desvela, de forma contundente, a norma transexual cuja ideia de um gênero fixo, orientado pela heteronormatividade conduz, em muitos casos, à terapêutica. É inconcebível, para Dr^a M. que Eduardo, possa em certo momento de sua vida, ter tomado a decisão da maternidade/paternidade e, tenha com essa decisão, uma relação tranquila que, em nada, do ponto de vista de sua vida pessoal e sua percepção de sujeito, interfere na vivência transexual.

A partir das reflexões acima levantadas é possível assinalar alguns pressupostos fundamentais para compreendermos a políticas das identidades na contemporaneidade: 1) a ideia de que não existem sujeitos anteriores aos discursos e práticas nem discursos e práticas anteriores aos sujeitos. Os sujeitos são efeitos das relações de poder; 2) os sujeitos se tornam reconhecíveis (para si e para o outro) a partir da inteligibilidade dos gêneros; 3) a inteligibilidade é construída através de uma relação binária entre sexo e norma cuja reiteração normativa produz e regula os sujeitos, seus corpos e desejo imprimindo uma suposta estabilidade binária dos gêneros; 4) a matriz normativa não captura todos os corpos que produz. Forma-se assim uma zona de abjeção povoada por uma miríade de possibilidades que reiteram e subvertem a matriz. A abjeção não constitui apenas o outro exterior, mas se dá numa relação com a norma. Não existe aqui a ideia de um original cujos abjetos seriam a sua negação; 5) dizer que os sujeitos são efeitos das relações de poder é reconhecer a dimensão de assujeitamentos e, por fim, 6) reconhecer a dimensão de assujeitamento é reconhecer o potencial de subversão, de resistências, pois assim como as identidades trans as resistências não são um ato exterior ao dispositivo do poder, mas opera no âmbito deste.

Portanto, é na pluralidade dos “abjetos” - os

denominados “anormais” - que Beatriz Preciado (2004) ver uma força, uma potência, uma capacidade de resistência. Antes de dissertar sobre a potência das multidões *queer*, trago para o debate as situações nas quais as resistências se defrontam com práticas transfóbicas ou práticas potencialmente produtoras e/ou reprodutoras destas práticas.

Assim, gostaria de trazer para a cena do debate alguns saberes e práticas institucionalizados que, ao meu ver, precisam ser discutidos, pois trazem, no âmbito do que é colocado, muitas vezes como “conquistas” e “acesso aos direitos”, um controle cada vez maior dos indivíduos bem como um processo de judicialização da vida, o que pode acabar por contribuir, no imaginário e nas práticas sociais para potencialização de ideias e ações transfóbicas. Um exemplo claro disso é a norma psiquiátrica do diagnóstico de Disforia de Gênero que ao mesmo tempo em que pode garantir o acesso de transexuais às cirurgias, reafirma a dimensão de patologia e anormalidade. Nos serviços de saúde, o diagnóstico pode ser um dispositivo que estigmatiza e violenta, “ (...) pode ter efeitos diversos, mas um deles pode se tornar – em particular nas mãos do que são transfóbicos – um instrumento de patologização” (BUTLER, 2009, p.96).

Tom Reucher (2006) no texto “*Quand les trans deviennent experts*” faz uma denúncia de como os “saberes psy” e “médicos” têm se apropriado das questões trans e reproduzido discursos homofóbicos, sexistas e heteronormativos que não dão conta de expressar a complexidade do fenômeno, produzindo, muitas vezes, a violação dos direitos humanos. Como construir uma cidadania trans se a base biológica, heteronormativa, binária produz os discursos e práticas hegemônicas que alimentam as práticas transfóbicas? Como minar essa

hegemonia que também constitui um jogo paradoxal entre a norma e sua subversão?

Tomando inicialmente o campo da Medicina, principalmente a Psiquiatria encontramos nas reflexões Foucaultianas os elementos imprescindíveis para compreensão de como esses domínios se tornaram, a partir dos séculos XVIII e XIX, espaços produtores de saber e legitimadores de práticas de controle sobre os corpos dos indivíduos. É na passagem das sociedades soberanas para as sociedades disciplinares e na consolidação do biopoder – o poder sobre a “vida” que sujeitos, corpos, sexualidades e desejos constituíram espaços privilegiados de construções discursivas e práticas de poder. A emergência do que Foucault (1997) denominou de *Scientia Sexuallis* se configurou num dispositivo potente de assujeitamentos e produções de subjetividades – o dispositivo da sexualidade. É bom ressaltar que mais uma vez Foucault nos chama para uma análise do poder na sua dimensão microsociológica e produtiva, ou seja, os mecanismos de controle são antes de tudo produtivos, produzem sujeitos, fundam subjetividades. Esse movimento produziu e legitimou nas transformações do século XIX o casal “normal”, procriador e heteronormativo, mas produziu também o homossexual como espécie caracterizado por uma condição patológica. Nascerá mais a frente (meados do século XX) a transexualidade e a intersexualidade a partir de uma clínica que insistiu em diferenciar, caracterizar e medicalizar através de toda uma nosografia, nosologia e uma conduta terapêutica diferenciada.

Em relação ao Direito, é possível perceber o outro braço da biopolítica na contemporaneidade através da regulação cada vez maior dos sujeitos, sexos, corpos e desejos expressa através de um crescente processo de judicialização da vida cuja característica principal é por um lado “ajustar” os sujeitos e grupos “desviantes” às normas

estabelecidas (haja vista aqui o acesso às cirurgias de transgenitalização, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a garantia do direito à adoção bem como o acesso às tecnologias reprodutivas por casais homossexuais) e por outro proteger a sociedade de um conjunto de alteridades que se caracterizam como as “novas” expressões de periculosidades. Esse processo paradoxal – um jogo de “inclusão” e “controle” ou uma suposta inclusão através do controle tem se tornado cada vez mais evidente na atualidade. Butler (2003) nos coloca que “o poder jurídico produz inevitavelmente aquilo que ele alega meramente representar (...) com efeito a lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei” (BUTLER, 2003, p.19).

Assim, permito aqui parafrasear Judith Butler e substituir as discussões sobre mulheres e feminismo pelas “vivências trans” e diria que não basta inquirir como os modos de vida trans podem se fazer representar mais plenamente na linguagem, na política e no jurídico. É preciso compreender como as identidades trans são produzidas e reprimidas pelas mesmas estruturas de poder nas quais busca emancipação.

É justamente nessas formas de controle expressas em discursos e práticas institucionalizadas que ideias e ações transfóbicas são muitas vezes disseminadas silenciosamente. O Direito, a Medicina, a Psiquiatria e algumas vertentes de saberes “psi”, enquanto campos biopolíticos têm contribuído na produção de ideias e práticas que contraditoriamente podem produzir a inclusão como pode produzir violências.

Assim, como desnaturalizar os gêneros e as identidades trans é uma urgência, desnaturalizar os

comportamentos transfóbicos é uma emergência, pois no âmbito social, no jogo das práticas sociais, poderemos encontrar as possibilidades de subvertê-los.

Retomo novamente a noção de multidão - as “*multitudes queer*”- como uma potência analítica e política que traz para a cena as performances subversivas: as lésbicas caminhoneiras, os ciborgues, os corpos transgêneros, entre outras expressões que dispensa tentativas de categorizações. Essa “política das multidões” possui a potencialidade de reafirmação de identidades performativas que põem em subversão, a todo instante, as identidades sexuais normalizadas social e culturalmente, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. A política *queer* atua no ínterim entre o que podemos ser e o que devemos ser, explodindo em possibilidades de identidades, processos identitários e experiências estéticas. O “fardo” de carregar sobre os corpos e subjetividades os dispositivos de normalização converte-se na resistência e possibilidade de intervir nesses dispositivos produzindo novas e outras formas de subjetividades.

Gostaria de finalizar colocando que pontos apontados nestes textos são apenas ferramentas conceituais e possibilidades interpretativas. É preciso produzir coletivos que articulem os diferentes movimentos trans, os velhos e novos movimentos, os devires, as linhas de fuga, as produções acadêmicas, as artes, enfim as produções que reivindicam o lugar da resistência. É preciso que os saberes trans ocupem o campo hegemônico na produção e legitimação do conhecimento. Assim, encerro com um fragmento de uma narrativa de um transexual que nos diz:

Identificar-se como transexual ou sentir-se trans é uma das formas de lidar com o fato de estar em desacordo com essas normas. Há pessoas que se identificam como

transexuais e que não desejam “cirurgia”, há as que se satisfazem com os efeitos de hormônios sobre o corpo, há outras que se preocupam mais com a sobrevivência na sociedade do que com a transformação corporal em primeiro plano, embora, na maior parte das vezes, essas coisas estejam ligadas. Mais importante do que procurar definir os critérios para apontar alguém como transexual é estarmos atentos sobre até que ponto os direitos humanos das pessoas que se identificam assim estão sendo garantidos e respeitados (Eduardo, transexual).

Essa política das identidades plurais, historicamente construídas, mutáveis e múltiplas merece todas as nossas apostas.

Referências

- BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York: B. Library; 1993.
- _____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19, n.1, p. 95-126, 2009.
- _____. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Sintesis, 1997.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.
- _____. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.
- _____. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

FOUCAULT, Michel. Escolha Sexual, atosexual. "Sexual Choise, Sexual Act"; entrevista com J. O'Higgins. **Salmagundi**, n.58-59: Homosexuality: Sacrilege, Vision, Politics, automne-hiver 1982, p. 10-24. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/escolha.pdf> Acesso em: 09 jan 2014.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humanismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notas para uma política de los anormales. **Revista Multitudes**, 2004.

REUCHER, Tom. Quand les trans deviennent experts. **Multitude**. Nº 20, 2005, PP-159-164. Disponível em: http://www.multitudes.net/?id_article=1921.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental – Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

Manifesto por uma euforia de gênero¹

Este texto não se pretende acadêmico no sentido *stricto sensu*. Mais do que conceituar sobre a invenção da transexualidade enquanto uma patologia definida como um "transtorno de identidade de gênero" se propõe a ser um manifesto. Faz parte de sua proposta bradar pela euforia dos gêneros, fazer uma pirotecnia, no sentido Foucaultiano, fabricar algo que sirva para um "cerco, uma guerra, uma destruição", algo " que possa fazer cair os muros" (FOUCAULT, 2006, p.69).

Não recorre diretamente a autores teóricos e conceitos, mas a interlocutores que, ao longo de suas produções, têm se voltado à compreensão dos aspectos não hegemônicos da vida social, dos saberes subalternos, das sexualidades ditas "periféricas", dos corpos ininteligíveis e dos processos de assujeitamentos: Michel Foucault (1984; 1985; 1997a; 1997b; 2000; 2002; 2004; 2005a; 2005b; 2006; 2011), Judith Butler (1993; 1997a; 1997b; 2000; 2003; 2004; 2009), Donna Haraway (1995; 2000; 2004), Beatriz Preciado (2008), Joan Scott (1998), Marie-Hélène Bourcier (2011), Jack Halberstam (2012) entre outras (os).

Não se dirige a ninguém especificamente. Não despreza o sofrimento tão presente e tão dito pelos sujeitos trans. O sofrimento perfaz a experiência do vivente. O manifesto coloca em debate a apropriação do sofrimento enquanto uma condição "natural" no processo de medicalização das transexualidades.

¹ Texto apresentado no *Queering Paradigms* 4. Julho, Rio de Janeiro, 2012.

Não constitui um manifesto contra a psiquiatria, a medicina ou a psicologia. Seu estatuto de ciência e *status quo*, enquanto domínios de conhecimentos e práticas, estão garantidos, por enquanto, até segunda ordem. Aqui não é a validade ou não do diagnóstico psiquiátrico que está em jogo, mas a naturalização deste enquanto uma “verdade” que abarca e anula as pluralidades trans.

A proposta consiste trazer a tona uma breve genealogia de um determinado regime de produção de verdade, de construção de um dispositivo - o dispositivo da transexualidade. Como uma “verdade” é produzida? Como ganha força e se produz em um determinado regime? Quais os conceitos e práticas que a sustenta? São questões que norteiam qualquer tentativa de fazer uma genealogia da transexualidade.

O objetivo é colocar, mais do que em debate, a noção de disforia de gênero. É preciso inquirir este conceito. Desmontá-lo, esmiuçá-lo, contrapô-lo a contrapelo e a contragosto. Antecedido pelo prefixo grego “dis” que denota privação, dificuldade; o sufixo grego “foria” que significa abundância, fecundidade, produção tem no verbete “disforia” uma concepção negativa cuja ideia remete a um estado repentino de mudança de ânimo, caracterizado pela angústia, pela tristeza, pela melancolia, pelo sofrimento. Nessa engrenagem conceitual algumas perguntas pululam indignadas: Como as experiências de performatividades subversivas de gênero foram convertidas em uma disforia? Como modos de subjetivações complexos, plurais e autodeterminados transformaram-se numa “doença”? Como o gênero se tornou um critério de medicalização? Na verdade o que é a doença?

Mais do que pensar estes modos de vida como disfóricos, propõe-se pensá-los como eufóricos. Aqui mais uma vez o sufixo “foria” - a abundância, a produção

é precedido pelo prefixo eu – a excelência. A euforia de gênero é a excelência da produção, é aquilo que transborda e abunda.

As expressões e modos de vidas trans são traduzidos, na maioria dos contextos culturais, como uma patologia, um transtorno psíquico. Ainda sob o domínio do sufixo “ismo” o assim denominado “transexualismo” materializa-se, nas culturas ocidentais, através do Código Internacional das Doenças - o CID 10 e o Diagnóstico de Saúde Mental – o DSM ainda em sua quarta revisão (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2004). Elencando a letra “F” nesses manuais é enquadrada entre os transtornos que envolvem as performatividades de gêneros e expressões das sexualidades. CID 10 e o Diagnóstico de Saúde Mental - o DSM ainda em sua quarta revisão. (APA, 2004)

Aqui o incômodo reside nesta invenção perversa: a ideia de que as vivências e experiências trans precisam ser enquadradas, capturadas em um código, encerradas na psiquiatria, encouraçadas em um diagnóstico para ganhar existência política e jurídica. Como bem lembra Judith Butler (2009) o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero “continua a patologizar como doença mental, o que deveria ser ao contrário, entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero” (BUTLER, 2009, p.97).

Mais do que a personificação em um código e/ou um diagnóstico, a patologização das existências trans excede o espaço estritamente médico, invade a vida, pulveriza-se nas diferentes experiências sociais: na escola, na família, no trabalho, nos afetos, nos passos, nos risos. Captura as produções de vida, as potencialidades do existir. É preciso rever a precariedade da vida. É preciso outra política da vida, não mais baseada na premissa de que só determinadas vidas valem a pena.

As produções de regimes de verdades se constituem a partir do jogo de saberes e poderes que ao mesmo tempo em que incita e produz, captura e controla. Ao interessar-se pela compreensão da construção deste imperativo normativo que assujeita corpos, desejos, sexualidades e vidas, este texto-manifesto nos convoca a pensar e discutir também as resistências e subversões da e na norma psiquiátrica. Se a norma é a representação mais dura sobre os corpos dos sujeitos trans, é por dentro da própria norma que se torna possível desconstruí-la. Joan Scott (1998) no artigo “A invisibilidade da Experiência” já nos alertava para os perigos de tentar compreender as diferenças a partir da presunção de uma norma.

É preciso encarar a norma. É sempre bom lembrar que “o que escapa ao poder é o contra-poder que, no entanto, encontra-se ele também preso no mesmo jogo. Eis porque é preciso retomar o problema da guerra, do afrontamento. É preciso retomar as análises táticas e estratégicas num nível extraordinariamente baixo, ínfimo, cotidiano. É preciso repensar a batalha universal, escapando das perspectivas do apocalipse” (FOUCAULT, 2006, p.96).

A guerra é no presente, na cotidianidade. O confronto não é contra o grande monstro numa batalha final. Os monstros estão a habitar o que há de mais ínfimo no tecido social, estão nas instituições, nos espaços domésticos, nas conversas pretensiosamente fortuitas, nas práticas sociais, nas políticas públicas, nos serviços de saúde, nos divãs psicanalíticos, nos lares das denominadas “famílias de bem” cujos membros vêem noticiários em telas planas como se tudo aquilo nada tivesse a ver com eles. O monstro naturalizou-se.

É preciso re-inventar as transexualidades

A transexualidade, enquanto discurso e prática, emerge, em breves nuances, no final do século XIX. Ganha consistência no século XX pós-segunda guerra mundial. Mais do que historicizar este acontecimento, algumas questões merecem ser levantadas: Quais as engrenagens que foram acionadas nesta invenção? Quais os jogos enunciativos e relações de poder que consolidaram o projeto diagnóstico e terapêutico em torno das vivências trans? Que proposições científicas, filosóficas e morais precisaram ser construídas para produzir uma nosologia e uma nosografia trans? O que a invenção da transexualidade queria mesmo responder?

A genealogia desse processo encontra ressonância no dispositivo da sexualidade e na força da *Scientia Sexualis* a partir dos séculos XVIII e XIX. Deve ser compreendido dentro de um contexto de medicalização do corpo individual e social onde medicalizar o “inoportuno” passou a ser uma das preocupações do século XIX.

A psiquiatria se torna nesse momento – não mais em seus limites extremos e em seus casos excepcionais, mas o tempo todo, em sua cotidianidade, no pormenor do seu trabalho, médico-jurídica. Entre a descrição das normas e das regras sociais e a análise médica das anomalias, a psiquiatria será essencialmente a ciência e a técnica dos anormais, dos indivíduos anormais e das condutas anormais” (FOUCAULT, 2011, p.139).

Inventou-se a anormalidade. Em 1866, é publicada primeira edição do “*Psychopathia Sexualis*” de Krafft-Ebing consolidando, num grande tratado nosográfico, as invenções patológicas em torno das expressões de sexualidades que não se enquadravam na normalidade construída: o casal

européu, branco, heterossexual, monogâmico e reprodutor. O termo perversão passou a ser incorporado ao discurso médico como o grotesco, o bizarro, o inoportuno. No interior classificatório das perversões, “as sexuais” vão se constituir um dos principais “objetos” de conhecimento. Sobre elas se deleitarão os mais renomados médicos e juristas com o objetivo de se apropriar, medicalizar e disciplinar corpos e sexualidades.

Medicalizar o inoportuno é a bandeira que inaugura o século XX. A transexualidade ganha contornos. Harry Benjamin, posteriormente John Money e Robert Stoller a singularizaram. Em 1949, *Caldwell* publica o artigo *Psychopatia Transsexualis* onde aparece, pela primeira vez, nos artigos médicos o termo “transexualismo”. Em 1952, é publicizada a primeira cirurgia para adequação do sexo, na cidade de Copenhague – Dinamarca: o ex-soldado americano *Georges Jorgensen* passava a ser *Cristine Jorgensen*. Inventou-se o termo. Publicizou-se as intervenções corporais. Nascia a transexualidade enquanto um fenômeno público. Tinha agora um nome. Passava a elencar os tratados médicos. Invadia os *mass media*. Era preciso encontrar o “transexual verdadeiro”, o que porta uma essência, o que traz uma verdade, aquele cuja condição de ser um/a “delirante” e/ou de possuir uma má formação sexual estava completamente afastada.

A partir da década de 1970, a transexualidade passou a compor toda uma discussão e normatização psiquiátrica que acabou por legitimar a criação de inúmeros centros de tratamento. Em 1969 foi realizado em Londres o primeiro congresso da *Harry Benjamin Association*. Em 1977, esta entidade teve seu nome mudado para *Harry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association* assumindo a transexualidade como uma disforia de gênero, tornando-se a maior referência tanto na condução do

diagnóstico quanto nas condutas terapêuticas das pessoas transexuais em escala mundial. A norma transexual, nesta perspectiva, obedeceu ao estabelecimento de critérios e procedimentos mensuráveis e esquadrinhamentos de corpos e subjetividades. No dizer de Butler (2009), a categoria gênero aparece, no discurso médico, como um determinante, uma estrutura na qual os sujeitos devem permanecer ou provar que estão enquadrados nela. A transexualidade sobrevive, enquanto invenção, no âmbito biomédico e nos transbordamentos para além dele, da naturalização dos corpos, da biologização das sexualidades, da captura das diversidades, do reforço do contínuo sexo-corpo-gênero-identidade-desejo.

No Brasil, as cirurgias de transgenitalizações, seus protocolos de diagnósticos e as condutas terapêuticas mantêm um diálogo em âmbito mundial onde diversas técnicas são trocadas, recambiadas, ressignificadas, compondo o que se pode chamar de uma

engenharia mundial dos corpos transexuais” cuja medicalização e tratamento das crianças intersexuais, a gestão cirúrgica da transexualidade, a reconstrução e aumento da masculinidade e da feminilidade normativas, a regulação do trabalho sexual pelo Estado, o boom das indústrias pornográficas fazem parte de uma parafernália atual que tem colocado, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do Estado e do capitalismo produzindo e proliferando as “minorias” de “anormais” no século XX (PRECIADO, 2008, p.62).

Linhas de fuga

O que é possível fazer diante da biopolítica contemporânea, diante deste processo biocapitalista, produzindo e controlando subjetividades? Tudo estaria perdido como diriam alguns pessimistas das ciências? Mais uma vez, o pensamento de Foucault se apresenta como possibilidade potente a partir da noção de resistência. A resistência aqui não é o que está fora das relações de saber/poder, a resistência é constituinte do poder e seu contraponto, mas como “anormalidades” podem constituir resistências frente aos imperativos normativos, principalmente as normas de gênero?

Aqui chamo a possibilidade discursiva e política dos estudos e das multidões *queer*. Mais do que invocar conceito e suas possibilidades, a perspectiva *queer* nos convoca a pensar a multiplicidade, os atravessamentos, a potência do anormal. Como nos diz Marie-Hélène Bourcier (2011) a “teoria *queer*” possibilita uma repolitização do campo sexual, uma crítica hiperbólica aos centros de formação das identidades sexuais e dos gêneros normativos, uma forma de intervenção no âmbito da economia política dos discursos disciplinares que remetem aos regimes de verdade e a biopolítica.

É preciso que os diferentes sujeitos que experenciam as vivências trans potencializem a dimensão de anormalidade que lhe conferida cotidianamente. É preciso trazer aquilo que nos modos de existências e performatividades trans aparecem como anormalidade e doença para o campo de uma política marcada pelas identidades móveis e plurais. É preciso encarar toda afronta, reagir politicamente a ela, dizer não a norma, retirando dela e nela a potência dos sujeitos. O tempo é o agora. Como diz Halberstam (2012) é preciso “dizer não a normatividade da futuridade”.

Mais do que um texto-manifesto visionário e utópico, a minha vivência como pesquisadora e como militante dos e nos atravessamentos de gênero desvela possibilidades de subversões da norma psiquiátrica. Estas se apresentam através de diferentes expertises e discursos, entre eles as vozes ditas “subalternas”, os saberes assujeitados, as vozes trans. É preciso promover certos deslocamentos dos saberes dominantes versus uma multiplicidade de saberes locais e minoritários. Aqui não é a evocação de um saber puro, portador de uma verdade ou a sua verdade. Como nos alerta Haraway (1995, p. 18).

há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos (...). Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”.

As vozes trans não são inocentes. O que há nelas que as potencializam? A solidariedade e suas conexões. Mais uma vez chamo Donna Haraway (1995) como interlocutora e argumento com ela em “favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes”.

São as polifonias trans marcada pela solidariedade em redes potentes de conexões que o texto-manifesto chama na voz Janete. Lembro como que se fosse hoje a imagem de Janete sentada a minha frente no Shopping Downtown. O corpo magro. Aqueles olhos atentos a me fitar. Já chegava perto dos seus cinquenta anos. Estava freqüentando há pouco tempo um serviço de atendimento a transexuais. Era seu aniversário Quando a indago sobre a ideia da transexualidade enquanto doença me disse numa voz baixa e doce: “Eu quero que a própria comunidade científica procure entender isso. Definir o que é doença, o que é anomalia. Eu não sei, acho que eu estou falando no português que dá para entender. Eu queria que as pessoas, os seres humanos definissem o que é doença. Doença é tudo aquilo que dói, e aquilo que não dói não é doença, pode ser uma diferença”.

É por uma Política da Diferença que este texto manifesto clama e uma política da diferença invoca, convoca, pede, clama por uma euforia dos gêneros.

Referências

American Psychiatric Association (APA). **DSM – IV – TR**. Manual Diagnóstico e Estatuto de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOURCIER, Marie-Hélène. **Queer Zones** - Politique des Identités Sexuelles et des Savoirs. Paria, Edições Amsterdam, 2011.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. Nova York: B. Library; 1993.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de**

Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19, n.1, p. 95-126, 2009.

_____. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Sintesis, 1997b.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **The psychic life of power**: theories in subjection. California: S. University, 1997a.

_____. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004

_____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2000

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: M. Fontes, 2011.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: F. Universitária, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 2005b.

_____. Eu sou um pirotécnico In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Graal, 2006

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997a.

_____. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997b

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005a.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HALBERSTAM, Jack. Interdisciplinary Queer Studies in a Global Frame. Preconference Workshop. **Queering Paradigms**, 4. Julho, Rio de Janeiro, 2012

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humanismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.22, Jun. 2004.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonki**. Madri: Espasa, 2008.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, nº 16, São Paulo, 1998, p.303-304.

A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões da Norma¹

A Partida

Pensar e discutir as transexualidades na biopolítica contemporânea traz a necessidade de refletir sob e sobre territórios de práticas e subjetivos² - plurais e em constantes transformações. As formas como os modos de vida transexuais vêm se desenhando seja nas construções acadêmicas, na mídia, nas redes sociais, enfim nos diferentes cenários revela a todo instante novas/outras formas de visibilidades (formas de ser e estar no mundo) e dizibilidades (formas de dizer).

Tomando a ideia de que a transexualidade só pode ser entendida em sua multiplicidade³, opta-se por pluralizar o termo, referindo-se às transexualidades. Tal artefato assinala o caráter plural, heterogêneo, multifacetado de viver uma experiência que em primeiro plano caracteriza-

1 Texto apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS.

2 Toma-se aqui a ideia de território no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari quando se refere aos territórios não apenas como espaços geográficos, mas paisagens psicossociais caracterizadas pelas subjetividades.

3 A ideia de multiplicidade é trabalhada por Deleuze e Guattari (1995, p. 14) no sentido de que “é preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele).”

se por uma incongruência entre o designado corpo biológico e a performatividade de gêneros e que em seus desdobramentos revela possibilidades marcadas por assujeitamentos, mas também por resistências, reinvenções, desestabilizações da matriz de inteligibilidade dos gêneros que estabelece compulsoriamente o contínuo corpo- gênero - sexualidade - desejo.

Quando nos referimos as transexualidades enquanto modos de existência trazemos a dimensão ética, estética e política de cada sujeito. Recuperando as reflexões apontadas por Rabinow (1999) o problema do sujeito é central na obra Foucaultiana cujo exercício, no conjunto de seu pensamento, foi analisar as formas de produção dos mesmos a partir de diferentes mecanismos de objetificação que operam através da relação saber/poder: 1) a objetificação produzida pelas práticas divisórias e disciplinares nos séculos XVII e XVIII; 2) as práticas de objetificação produzidas pelas classificações científicas nos séculos XVIII e XIX e 3) o que Rabinow vai chamar de “subjetivação” que tem como contexto analítico o século XIX, mas agrega, em relação a outras formas, uma preocupação com os sujeitos e os processos de auto-compreensão. É na tensão assujeitamentos (incitação, controle) e resistências (práticas de si, formas éticas, estéticas e políticas de estar em mundos) que este texto se constitui, não para assinalar preferencialmente um ou outro pólo, mas para fazer ver e dizer a desestabilização dos e nos dispositivos de controle. Aqui é preciso sempre recuperar a máxima Foucaultiana ‘onde há poder, há resistência’.

Para pensar essas novas inscrições precisamos nos debruçar sobre as relações de saberes e poderes que a todo instante, de diferentes lugares e por diferentes sujeitos incitam, controlam, disputam, fundam subjetividades. O que queremos mesmo dizer com transexualidades? É um fenômeno clínico-psiquiátrico? Uma disforia como

preconiza a última versão do Manual Internacional de Diagnóstico Mental – o DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2004), com nosologia e nosografia definida e conduta terapêutica que inclui uma série de procedimentos biomédicos?

As perguntas que inquietam o presente texto operam, por dentro do dispositivo e aciona a reflexão para pensarmos como sujeitos que vivenciam experiências designadas como transexuais negociam e/ou subvertem as normas, principalmente o imperativo psiquiátrico e as condutas biomédicas; fazendo ver e dizer as fraturas e as fissuras (DELEUZE, 1990) que compõem os dispositivos, indo além de suas linhas de sedimentação, daquilo que está visível e enunciável, tarefa genealógica que aposta na potência dos sujeitos e nas linhas de fuga.

Neste contexto, o objetivo é visitar as formações históricas que possibilitaram a emergência e consolidação do dispositivo da transexualidade, procurando trazer suas atualizações, seus devires, suas novas/outras configurações tomando como pressuposto a ideia de que no âmbito do próprio dispositivo as linhas de força (poder) estão em constantes disputas produzindo regimes discursivos e práticos. Os sujeitos transexuais aparecem tanto nos processos de controle quanto nos processos de negociação, de subversão às normas que uniformizam e reduzem a rica experiência das transexualidades a um caráter patológico e medicalizante.

As reflexões aqui propostas retomam parte considerável tanto das discussões teóricas quanto do material de campo da tese “A construção do Dispositivo da Transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans”⁴ bem como da pesquisa

4 LIMA, Fátima. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ, abril, 2011.

“Transexualidade e Saúde, condições de acesso e cuidado integral (IMS-UERJ, MCT/CNPQ, MS/DECIT/SECIT)”⁵, mas também agrega outros percursos teóricos e metodológicos, outras conversas, olhares e escutas em diferentes espaços e com diferentes sujeitos⁶.

Os Dispositivos

Propomos discutir o que vem a ser os dispositivos começando pela sua concretude, seu funcionamento, suas sutilezas e invisibilidades: o fragmento do relato de Eduardo, um homem transexual⁷ entrevistado durante o campo na tese de doutoramento. No meio de uma longa conversa, fazendo referência a um determinado profissional de saúde – ‘M.’ (neste caso um profissional da medicina) Eduardo nos conta:

Para M., eu não sou transexual, sou travesti porque eu tenho um filho. Transexual não teria filho, é aquela coisa doente mesmo,

5 Pesquisa coordenada pela Professora Márcia Arán que teve como objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre o acesso e o processo de cuidado integral à saúde de transexuais na Rede Pública de Saúde Brasileira, com vistas a contribuir na proposição de políticas de saúde a esse segmento (ARÁN et al., 2006).

6 Aqui recupero uma recente visita ao campo (janeiro a agosto de 2013) com a finalidade de compreender os processos de hormonização nas experiências com transexuais masculinos. Neste campo foram realizadas 05 entrevistas com homens transexuais na cidade do Rio de Janeiro. O material coletado durante as entrevistas aparecem e/ou dialogam com as discussões aqui apresentadas.

7 Para ser referir à ou aos transexuais utilizo o termo homem trans para fazer referência às pessoas designadas biologicamente fêmeas, mas que se percebem como homens e mulher trans para as pessoas designadas biologicamente machos, mas que se percebem mulheres. O uso dos termos homem e mulher antes de trans é uma escrita política que tem como objetivo reforçar a condição do masculino e do feminino nas construções dessas performatividades.

se você pega o pinto assim, se você tem nojo do seu corpo. Por isso que já tem uma escola, por exemplo, *você foi lá* (referência aos serviços de saúde – grifo meu) e conseguiu fazer uma cirurgia, então, o que eu tenho que falar? Porque é isso, é metódico, é aquela coisa.

M. - referência no atendimento à transexuais - não percebia e nem produzia um regime de verdade que tomasse Eduardo como um homem transexual pelo fato dele ter uma filha, como se a condição de maternidade/paternidade fosse atributo só dos heterossexuais e que tal condição e experiência, antes de tudo humana, constituísse o fator que exclui Eduardo de ser, o que muitas vezes se reproduz no âmbito da saúde, um transexual verdadeiro⁸.

O que essa fala desvela é justamente os dispositivos de controle na sua máxima função, operando no âmbito da saúde, reforçando a heteronormatividade, produzindo subjetividades e estabelecendo um modelo de “transexual verdadeiro. No caso de Eduardo o fato de ter tido um (a) filho (a) é um fator que não o caracterizava enquanto transexual. Esse tipo de discurso e prática, recorrente não apenas no campo da saúde, mas no contexto social como um todo, nos informa a necessidade urgente de repensar e redefinir os imperativos normativos que apagam as singularidades nas experiências transexuais.

Neste contexto, o conceito de “dispositivo” apresentado por Foucault (2002) oferece uma ferramenta conceitual e prática importante para pensarmos os processos de controle na biopolítica contemporânea. Seus estudos voltados para a passagem da soberania

8 A ideia de transexual verdadeira foi desenvolvida por Harry Benjamin que estabeleceu uma escala que caracterizava, gradativamente, desde o pseudo transexual até o transexual verdadeiro. Essa classificação essencialista ganhou força e perpassa os discursos dos diferentes profissionais de saúde e muitos (as) transexuais.

ao biopoder (o poder sobre a vida), a consolidação das sociedades disciplinares, e conseqüentemente a biopolítica revelaram inúmeros processos de controle dos viventes e das expressões de vida, entre elas, o controle dos corpos, gêneros, sexualidades e desejos.

Para Foucault (2002), os dispositivos podem se apresentar através de três possibilidades: a) aparecem de forma heterogênea, dialógica e não hierárquica, b) apresentam-se enquanto um conjunto que engloba discursos, instituições, regulamentos, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, entre outros e c) emergem “como um tipo de formação (...) que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder uma urgência” (FOUCAULT, 2002, p. 244). A multiplicidade do dispositivo é sua característica principal, suas linhas—duras e de fugas, seus agenciamentos. Compõe-se tanto por enunciados, discursos e falas como por ações e práticas, não se configurado nem em sujeitos ou objetos, mas num regime de enunciações “que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (DELEUZE, 1990, p. 2).

Funcionando como uma maquinaria historicamente produzida capturam, em suas engrenagens, sujeitos e corpos de forma plural, heterogênea e difusa. Não se configura como um elemento fechado, mas um conjunto de diferentes linearidades que se articulam e rearticulam constantemente, conservando, no seu interior, a característica das tensões e das contradições. O dispositivo é por excelência contraditório, pois desvela o jogo paradoxal que se estabelece entre sujeitos e normas (DELEUZE, 1990). Segundo Agamben (2005) em Foucault não havia o interesse nem em conciliar nem em enfatizar as tensões dos dispositivos, “mas investigar os modos concretos em

que positivities (ou dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder” (AGAMBEN, 2005, p.11).

Em uma conferência aqui no Brasil Agamben (2005) num texto também intitulado “O que é um dispositivo” visita e alarga a ideia Foucaultiana quando nos coloca que:

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões. Os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e — porque não — a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata — provavelmente sem dar-se conta das conseqüências que se seguiriam — teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p.13).

A partir da noção ampliada sobre os dispositivos de controle, as transexualidades são analisadas, inquiridas, interpretadas na atualidade dos acontecimentos que a cercam. É preciso ressaltar que os dispositivos são historicamente construídos, singularizam-se em diferentes experiências nos espaços em que estão circunscritos. Uma decisão como a de colocar a transexualidade, na última versão do DSM-V, enquanto uma disforia de gênero tem

impacto mundial haja vista a potência de captura e de disseminação deste dispositivo, mas os desdobramentos deste impacto só podem ser percebidos no âmbito das singularidades e de como esta vivência é experimentada em diferentes contextos sociais e culturais, com seus dispositivos clínicos, jurídicos, epistemológicos, midiáticos, etc. É preciso, pois, nunca perder a sua dimensão de constante atualização e sua multiplicidade.

A Invenção da Transexualidade

As transexualidades foram inventadas. Dizer que foram inventadas é diferente de dizer que não existiam. Dizer que foram inventadas é perceber como, quando e de quais maneiras esta forma de subjetividade passa a constituir um elemento importante tanto do ponto de vista discursivo quanto das práticas sociais, ganhando sentidos em determinados regimes de verdade.

No Código Internacional das Doenças - CID 10, a transexualidade figura o F64.0, fazendo parte dos transtornos de identidade sexual com a tipologia de “transexualismo”. No Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais - DSM-IV (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2004), a transexualidade passou a ser considerada um “transtorno de identidade de gênero”, tendo como referência o F64.x. No atual DSM-V como já fora dito saiu da classificação de transtorno para ser classificada enquanto disforia o que não constituiu, ao nosso ver, avanço algum haja vista que este termo já havia sido usado para classificar as transexualidades e o caráter psiquiatrizante ainda continua vigorando.

Para compreendermos como e em quais condições o dispositivo da transexualidade foi forjado é preciso entendê-lo dentro de um contexto maior de medicalização do corpo

individual e social que teve início nas transformações entre séculos XVIII e XIX no processo que Foucault (1997) denominou como “dispositivo da sexualidade”. Neste cenário, a sexualidade passou gradativamente para o domínio das relações entre saberes e poder. Até o século XVII, era possível, ainda, perceber uma certa franqueza nos gestos; as palavras e discursos eram ditos sem tantas cautelas e intervenções, ainda se conservava uma certa tolerância com denominado ilícito. A partir de transformações tanto nos discursos quanto nas práticas, o sexo, o corpo, a sexualidade e o desejo entraram cada vez mais para os cálculos do Estado cujo objetivo era a gestão da vida afetiva e sexual - uma ciência sexual - bem como o controle dos indivíduos e da população.

É no âmbito da medicina, principalmente da Psiquiatria e no esteio da construção das perversões que a gênese da ideia da transexualidade enquanto patologia inscreve-se historicamente. Coadunando estratégias de poder e campos de saberes, a etiologia das perversões tornou-se uma das preocupações centrais no campo da medicina. Esse processo denominado de apropriação médica foi central nos discursos e práticas sobre os comportamentos designados como perversos. Medicalizar o inoportuno passou a ser uma das preocupações do século XIX, reforçada, em diferentes aspectos durante todo o século XX, principalmente pós segunda guerra mundial (LANTERI-LAURA, 1994).

Nesse contexto, a disciplina passou a se configurar como um dos principais elementos de funcionamento nos dispositivos de controle, caracterizada pela “inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório” (FOUCAULT, 2002, p.106). Instituídos a partir do século XVIII, os modelos disciplinares se configuraram numa relação de força cujo objetivo foi ordenar os corpos e os espaços sociais. As técnicas disciplinares dividiram

espaços e dividiram nos espaços - quem internar, onde internar; ordenaram o tempo - quando, como, quanto, passando a ser a arte de distribuição dos indivíduos no espaço, o esquadramento e a compartimentalização dos sujeitos e grupos sociais.

A normalização tornou-se um dos principais instrumentos do poder, constituindo um campo de forças onde os jogos de verdades ganharam força, tornando-se um imperativo discursivo e prático na regulação da vida social. Aliado ao conceito de disciplina, a normalização se tornou um imperativo na contemporaneidade; estabelecendo os limites, legitimando espaços e, excluindo/incluindo os que estavam fora da norma.

Esse imperativo atravessa o século XIX e invade o século XX perfazendo outros discursos e práticas sociais. Foi no âmbito deste contínuo que a transexualidade foi forjada enquanto doença se consolidando, enquanto uma patologia, durante as décadas de 1940 e 1950 num movimento histórico que desde o final do século XIX vinha produzindo uma série de discursos e práticas. Alguns movimentos importantes assinalaram este processo como: 1) o trabalho de *Kraft-Ebbing* - marco importante para a singularização e a caracterização de diferentes patologias e variedades dos comportamentos sexuais. Sua obra - "*Psychopatia sexualis*", publicada em 1886, constituiu o primeiro estudo organizado no âmbito médico sobre a sexualidade; 2) os estudos da Sexologia, principalmente no *ethos* alemão, na passagem do século XIX para o século XX. Destacam-se as discussões e as experiências de *Magnus Hirschfeld* Na obra de *Hirschfeld "die travestiten"*, publicada em 1910, encontra-se a primeira referência ao termo transexual. Além disso, os trabalhos de *Magnus Hirschfeld* foram relevantes nesse processo, além da criação do Instituto de Ciências Sexuais em Berlim 1929, um marco nas pesquisas e lutas

em relação à questão da sexualidade, principalmente, a homossexualidade. (CASTEL, 2001, 2003; ARÁN, 2006), 3) A criação do termo "Transexualismo" por *Cauldwell* em 1949, através do artigo *Psychopatia transexualis*. Neste artigo, *Cauldwell* apresentava o relato clínico de uma menina que queria ser menino; definindo a transexualidade como um desejo mórbido e patológico em querer ser membro do sexo oposto, defendendo a ideia da existência de uma variedade de "graus" na forma de expressar a psicopatia transexual (CAULDWELL, 2001), 4) a documentação e a publicização, em 1952 da primeira cirurgia para adequação do sexo na cidade de *Copenhagen* - Dinamarca: o ex-soldado americano *Georges Jorgensen* passava a ser *Cristine* - um marco midiático que ultrapassou os espaços medicalizados e os meios científicos (Frignet, 2002; Ramsey, 1998; Vieira, 1996; Peres, 2001, Castel, 2001; Chilland, 1998, 2003).

Por fim, vale ressaltar as pesquisas e formulações de Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller como fundamentais para consolidação da norma psiquiátrica. Benjamin publicou, em 1953, a obra "O Fenômeno Transexual", onde além de definir e classificar a transexualidade, conferiu-lhe especificidade, definindo seus contornos em relação ao transvestitismo, a homossexualidade e ao hermafroditismo, além de estabelecer uma condução terapêutica que iria se transformar numa referência na segunda metade do século XX; John Money tem uma contribuição *sine qua non* na discussão da transexualidade. No âmbito do contexto americano, influenciado pelas discussões da sociologia americana na década de 1960 e a frente das pesquisas realizadas no *Jonh Hopkins Hospital*, juntamente com uma equipe de renomados pesquisadores construíram uma discussão das sexualidades a partir dos conceitos de identidade e papel sexual. Nesse contexto, a criação em 1966 da primeira Clínica de Identidade Sexual do *John Hopkins Hospital* foi fundamental na discussão e

formulação das idéias em torno do conceito de identidade e papel sexual. Composta por uma equipe multidisciplinar de especialistas e pesquisadores (sociólogos, geneticistas, embriologistas, psicólogos, psiquiatras, cirurgiões) a clínica de identidade sexual centrou seus trabalhos em torno dos homossexuais, travestis, transexuais e intersexos; por fim as pesquisas e trabalhos de Robert Stoller, suas tipologias, conduções clínicas e terapêuticas foram fundamentais na singularização da transexualidade enquanto patologia.

Esses movimentos contribuíram para consolidação da transexualidade enquanto patologia, com contorno definido, características diagnósticas específicas e uma condução terapêutica definida. Quando Foucault nos coloca que, entre suas características, os dispositivos emergem num determinado momento histórico para responder a uma urgência, talvez possamos pensar que a invenção da transexualidade, enquanto patologia, emergiu da necessidade urgente de classificar e de diferencia-la da homossexualidade e dos estados intersexuais. Era preciso definir e caracterizar o fenômeno. O principal, neste conjunto de discursos e práticas, foi a separação do que poderia ser definido como “transexualismo” de qualquer outro distúrbio psiquiátrico bem como das travestilidades e das intersexualidades.

Neste percurso histórico estes elementos que perfazem o dispositivo atualizaram-se reforçando algumas noções de base, principalmente a ideia de patologia e se encontram presente no imaginário e práticas sociais, na mídia e em diferentes contextos. Os fragmentos dos depoimentos abaixo revelam como a norma psiquiátrica impera nas falas dos sujeitos transexuais:

Fragmento 1

Por isso que eu falo, tratamento psicológico é importante, o corpo é só

um complemento. Minha cabeça é muito importante porque eu tenho uma cabeça muito confusa e isso interfere. Eu tenho muita alteração de humor, eu gostaria de saber se eu tenho outro problema psicológico além da disforia de gênero. É uma patologia com certeza, que só será sanada após a cirurgia, ainda estou doente (Nair, mulher transexual).

Fragmento 2

Quando surgiu a diferença da minha sexualidade foi assim. Eu acho que devia ter uns nove anos de idade e foi no colégio. Eu fui ao banheiro com uma amiguinha e até aí me vendo como a coleguinha e quando eu vi que a gente era diferente, aí eu vi que tinha alguma coisa de errado. Aí eu comentei com minha irmã I. Ela é abaixo da mais velha e ela sempre foi uma das mandonas da família. Eu contei para ela, e ela ficou apavorada. Aí ela conversou com um amigo dela, e o amigo dela disse que tinha que me levar ao psiquiatra (Célia, mulher transexual).

Fragmento 3

O transexual ele tem, mas entenda a doença que eu quero dizer. A doença... é... que já vem... é uma formação genética, que já vem dentro da pessoa que a pessoa tem que consertar (Mário, um homem transexual).

Os fragmentos acima trazem com força a norma psiquiátrica percebida e significada de diferentes formas. O que os mesmos nos informam é a urgência de discutir e rever essa construção. Debates no contexto acadêmico (BUTLER, 2009) e diferentes movimentos sobre a despatologização

das identidades trans vem ganhando força em âmbito internacional⁹. Por outro lado, o DSM na sua quinta versão continua reafirmando as experiências transexuais enquanto patologia com características próprias. Esse movimento revela, mais uma vez, o jogo paradoxal dos e nos dispositivos. Algumas questões sobressaem neste contexto: é possível subverter as normas no dispositivo da transexualidade? Como os sujeitos transexuais negociam com o imperativo psiquiátrico? Será que as diferentes formas de negociações trazem resistências? Onde se situa a dobra assujeitamentos/resistências nas experiências transexuais? Como pensar estas questões na biopolítica contemporânea cujo controle tem sido cada vez mais serializado capturando outros territórios, inclusive o próprio desejo?

A Biopolítica contemporânea

A Biopolítica não constitui outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder às sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida.

O que começa a mudar a partir do século XVII e, principalmente do século XVIII é a invenção do conceito de população e como esta, com todo seu aparato, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder, a incitação e controle atuarão. Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis. Foucault (2008) estabelecendo diferenças entre as sociedades disciplinares e a biopolítica coloca que:

9 O “*Stop Trans Pathologization*” é um movimento iniciado em 2007 que tem como objetivo a despatologização das identidades trans. O movimento congrega diferentes movimentos, pesquisadores, transexuais, militantes de diferentes países.

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras (...). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p.82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com as normas. Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a des-razão, a loucura). Agora as séries passam a compor degrados de normalização onde nada e ninguém escapa. Esse processo é importante, pois o dispositivo da transexualidade faz parte desta engrenagem. Basta lembrar aqui do quadro criado por Harry Benjamin para explicar o (a) transexual que ia do tipo 1 (um) considerado o pseudo travesti até o tipo 6 (seis) considerado o transexual intensamente forte ou o transexual verdadeiro.

Paralelo as discussões sobre a biopolítica, Foucault (2008) traz reflexões do que ele chama de governamentalidade - o governo dos vivos, a gestão das vidas que emergiu como elemento estratégico, no controle da vida e dos viventes. Sobre a governamentalidade nos diz

por esta palavra (...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivo de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo ocidente, não parou de conduzir (...) toda uma série de saberes (...) (FOUCAULT, 2008, p.143).

Nesse substrato histórico e político, a transexualidade se situa como um dos fenômenos mais expressivos na biopolítica contemporânea, pois no âmbito dos próprios dispositivos - espaços de poder e controle - operam processos de assujeitamentos que reforçam códigos culturais, discursos e práticas heteronormativas quanto possibilidades de vazar e/ou subverter as engrenagens do dispositivo.

É preciso, neste sentido, trazer para a biopolítica contemporânea a potência nos/dos corpos e suas singularidades. Sobre esta possibilidade reside a aposta deste texto: a potência dos modos de vida, mas percebendo que nem fora nem por trás dos dispositivos de controle, mas no seu âmbito, nas suas urdiduras cotidianas, em suas atualizações se operam a todo instante as resistências. Onde estão esses saberes? Como ganham vozes na contemporaneidade? É possível fazer falar os e as transexuais?

Saberes Trans e Subversões da Norma

Tomar as experiências trans pela ideia de patologia reduz e captura as singularidades e possibilidades de modos de existência destes sujeitos. Constituiu parte da compreensão do dispositivo fazer “ouvir” e dar eco às vozes consideradas “subalternas” que protagonizam a história da transexualidade enquanto um dos fenômenos mais singulares no âmbito das transformações de gênero na contemporaneidade, desvelando a “necessidade” de trazer para o debate o que se encontra além dos discursos e práticas circunscritas nos espaços médicos (os hospitais e serviços), ou seja, o cotidiano, as experiências, as diferentes vivências da transexualidade, principalmente, “as falas” e “os saberes” das (os) transexuais sobre si mesmos bem como suas experiências e relações com os outros.

Apesar de perceber que as produções desses saberes bem como as experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos se efetivam numa relação paradoxal com as normas sociais estabelecidas, principalmente as normas de gênero, sendo parte relacional do próprio dispositivo da transexualidade; tem-se, na potência das falas e ações trans, possibilidades de subversões do imperativo normativo que assinala as transexualidades.

Diferentes movimentos conceituais revisitaram teorias sociais, reconfigurando “objetos” e “temas” de investigação científica que se encontravam à margem do conhecimento hegemonicamente dominante, como temas ligados à história de culturas oprimidas, grupos sociais marginalizados e, principalmente, estudos ligados às questões de gênero e sexualidade. Nesse ínterim, toma-se as discussões sobre os saberes periféricos/subalternos/assujeitados presentes nos trabalhos de Donna Haraway (1995, 2000, 2004) Judith Butler (1993, 1997, 2003, 2004, 2009), Beatriz Preciado (2004, 2007, 2008), entre outras

teóricas de um feminismo pós-crítico. É preciso ressaltar que o pensamento de Michel Foucault inaugura essas reflexões na medida em que domínios como a loucura, as prisões e as sexualidades periféricas foram o cerne de suas reflexões.

Vale ressaltar que os estudos subalternos apresentam-se através de diferentes terminologias. Esses saberes são “localizados” na visão de Donna Haraway, “assujeitados” em Judith Butler, “periféricos” e “anormais” em Michel Foucault. O que importa é que convergem para uma seara conceitual cuja diferença aparece como central nas investigações. Nas entrelinhas desse movimento encontra-se a possibilidade de compreender como os “saberes” em torno da transexualidade e suas vicissitudes têm sido produzidos e ganham visibilidades.

trata-se de fazer valer os saberes locais, descontínuos, “desqualificados”, “ilegítimos”, contra e em negociação com as instâncias teóricas que pretendem filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento único, que se apresenta como “verdadeiro” e aplicável a qualquer um (ARÁN; MURTA, 2009)

Tom Reucher (2006) no texto “ *Quand les trans deviennent experts*” faz uma denúncia de como os “saberes psy” e “médicos” têm se apropriado da questão trans e produzido sobre essa temática discursos homofóbicos, sexistas e heteronormativos que não dão conta de expressar a complexidade do fenômeno, produzindo, muitas vezes, a violação dos direitos humanos. No entanto, o autor resalta, como nos últimos tempos, dentro do cenário francês, transexuais têm se organizado e elaborado discursos que acabam por disputar e confrontar os saberes hegemônicos. Sem dúvida, as vozes transexuais e com elas um conjunto

de categorias e formulações sobre si mesmos explodiram na gramática discursiva contemporânea.

A transcrição abaixo, do depoimento de Taís, mulher transexual, desvela o jogo que se estabelece entre as expertises legítimas e “outras expertises”. Revela um momento de sua trajetória onde procurou médicos de sua cidade, solicitando uma intervenção no seu corpo, mais precisamente nos testículos. A informante elabora saberes, inclusive do âmbito médico, para de alguma maneira, falar sobre si, seu corpo e sexualidade, mesmo que, muitas vezes, nos jogos de poder, instituídos assumam o lugar do legítimo. O interessante é perceber vislumbrar a produção de saber e, até certo ponto, a visibilidade deste, a tentativa de convencimento e a “barganha” com o *ethos* médico:

Teve uma época que eu... Primeiro eu procurei um médico lá e ofereci 2 mil reais para ele fazer uma intervenção no meu testículo, para eu parar de produzir testosterona, eu disse que pretendia fazer a cirurgia, era só tirar o testículos antes, porque isso já faz parte da cirurgia. Só que esse médico, mesmo eu falando tudo, ele não concordou, mesmo eu pagando. Ele disse “você tem que procurar apoio psicológico”... fiquei morrendo de raiva, mas tudo bem.

Pesquisadora : Onde foi isso?

Taís: Lá na minha cidade... depois eu procurei um urologista e expliquei a mesma coisa ... ele ia fazer, ele concordou e tudo; ia dar entrada aqui pelo hospital ... só que por um mísero detalhe! Um médico, que eu conheço também. Só que como a cirurgia envolve uma equipe... e

ele foi expor para esse outro médico para ver se ele tentava também me ajudar... por causa desse maldito que levou ao diretor do hospital , ele barrou.

As falas trazem para cena do debate os sujeitos trans, suas singularidades e modos de existências. Esse movimento, cada vez mais visível ganha força e produz na agenda trans (discursos e práticas) tensionamentos antes de tudo políticos que confrontam qualquer tentativa de reduzir esta experiência a uma doença psíquica. Mais uma vez Eduardo nos restitui esta possibilidade no fragmento de sua entrevista quando diz:

Identificar-se como transexual ou sentir-se trans é uma das formas de lidar com o fato de estar em desacordo com essas normas. Há pessoas que não desejam “cirurgia”, há as que se satisfazem com os efeitos de hormônios sobre o corpo, há outras que se preocupam mais com a sobrevivência na sociedade do que com a transformação corporal em primeiro plano, embora, na maior parte das vezes, essas coisas estejam ligadas. Mais importante do que procurar definir os critérios para apontar alguém como transexual é estarmos atentos sobre até que ponto os direitos humanos das pessoas que se identificam assim estão sendo garantidos e respeitados.

Possibilidades

A transexualidade é um dos temas privilegiados no debate atual sobre corpo, sexualidade, gênero e desejo. A compreensão desse processo bem como suas transformações depende do entendimento, análise e reflexão crítica da transexualidade enquanto um dispositivo. O surgimento da sociedade disciplinar, tal como sugere Foucault, foi condição imprescindível na reconfiguração das relações entre saber/poder e a forma de controle do corpo tanto individual (anatomo-política) quanto social. No interior dessas relações, as sexualidades, sua polissemia e polimorfia, foram capturadas pelo modelo biopolítico, transformando-as num espaço de controle, disciplinarização, produções de verdades e intervenções que se constituíram a partir da coadunação de diferentes saberes e um feixe de relações de força disseminado por todo tecido social - o micropoder.

A partir das relações estabelecidas entre diferentes domínios de conhecimento, principalmente a Medicina, a Psiquiatria, o Direito, a Psicologia e a Sociologia a transexualidade transformou-se numa patologia caracterizada no âmbito dos transtornos mentais. A construção da norma transexual constitui um movimento que, a partir do final do século XIX e transição para o século XX, começava a produzir não apenas discussões acerca dos sujeitos, corpos e gêneros, mas processos de intervenções corporais que uniam a tecnologia ao campo da Medicina.

Nesse contexto, as discussões forjaram-se em oposição às ideias de travestilidade e, principalmente, intersexualidade em que a separação e a singularização da mesma se deu a partir de uma nosologia e uma nosografia próprias que delimitaram as fronteiras, as características e as conduções terapêuticas. A norma - a ideia da transexualidade enquanto um transtorno de identidade de gênero -

passou a funcionar de forma imperativa caracterizando e determinando os comportamentos trans. Sem dúvida, as discussões e pesquisas tanto do *Harry Benjamin* quanto do *John Money* e do *Robert Stoller* foram fundamentais nesse processo. Aliado a isso, a descoberta e uso dos hormônios bem como os avanços no campo das cirurgias plásticas foram elementos importantes neste processo. Esse conjunto de acontecimentos composto por produções discursivas, postulados, teses científicas, pesquisas e experiências, instituições sociais entre outros, compõe o que se designa como dispositivo da transexualidade.

O objetivo do texto aqui apresentado foi também perceber e analisar como se dá a iteração e a reiteração dos sujeitos trans com a norma psiquiátrica. Percebendo esse movimento marcado por relações de poder e, entendendo que onde há o poder, apresentam-se as possibilidades de resistências e subversões da norma. As discussões acerca dos denominados saberes “subalternos”, “periféricos”, “situados”, “localizados” possibilitaram recuperar as falas transexuais percebendo as produções, as formulações, as expressões de si que emergem no jogo cotidiano com as normas sociais e, principalmente, as normas de gênero. Tal fato desvelou o intrincado jogo que perfaz a experiência da transexualidade em que é possível perceber o paradoxo de reiteração e subversão das normas. Esse movimento alarga as fronteiras dos gêneros e da transexualidade, contribuindo para reafirmação das pluralidades de experiências possíveis de serem construídas e vivenciadas no âmbito da complexa transexualidade. A emergência desses saberes seja no âmbito do conhecimento, a partir de diferentes estudos que têm trazido as falas “subalternas” - mulheres, homossexuais, etnias negras, entre outros, ou no âmbito dos movimentos sociais e das práticas cotidianas mostram como os sujeitos elaboram, vivenciam e negociam suas experiências - possibilidade que oxigena o mundo social e

campo conceitual produzido sobre ele.

É preciso perceber que todo processo de assujeitamento traz possibilidades de subversão e esta potência de subverter é a potência criativa da vida, a garantia de que a própria vida só é vida porque pode ser subvertida e reinventada.

Referências

American Psychiatric Association (APA). **DSM – IV – TR**. Manual Diagnóstico e Estatuto de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Ilha de Santa Catarina, n. 5, p.9-16, 2005.

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero. **Revista Agora**, Rio de Janeiro, n.1, p. 49-66, jan./jun. 2006.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009.

ARÁN, Márcia et al. Transexualidade e Saúde, condições de acesso e cuidado integral. Relatório Preliminar - Pesquisa: Transexualidade e Saúde: condições de acesso e cuidado integral. (IMS-UERJ / MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT), 2008.

BENJAMIN, Harry. The transsexual phenomenon. New York: Julian, 1966. Disponível em: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20-%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>. Acesso em 12\07\2014

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits

of “sex”. Nova York: B. Library; 1993.

_____. **Lenguaje, poder e identidad.** Madrid: Sintesis, 1997.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender.** Nova York: Routledge, 2004.

CAULDWELL, D. O. Psychopathia transexualis. **International Journal of Transgenderism**, Minnessota, v.5, n.2, abr./jun. 2001.

CASTEL, P. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do fenômeno transexual (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

_____. **La métamorphose impensable: essai sur le transexualisme et l'identité personnelle.** Paris: Galimard, 2003.

CHILLAND, Colette. Transvestism and transsexualism. *Int J Psychoanal*, 1998, 79(1):p. 156-159.

_____. **Le transexualisme: que sais-je?** Paris: Puf, 2003.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: MICHEL Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. Introdução. In: _____. **Rizoma.** Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGNET, Henry. **O Transexualismo.** Rio de Janeiro:

Companhia de Freud, 2002.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertingens do pós-humanismo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, jun. 2004 .

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

LANTERI-LAURA, Georges. **Leitura das perversões.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994

PERES, Ana Paula Ariston Barion. **Transexualismo: o direito a uma nova identidade sexual.** Rio de Janeiro;São Paulo: Renovar, 2001.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notas para uma política de los anormales. **Revista Multitudes**, 2004.

_____. Entrevista com Beatriz Preciado (por Jesús Carrillo). **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 375-405, 2007.

_____. **Testo yonki.** Madrid: Espasa, 2008. RABINOW, Paul. **Antropologia da razão.** Rio de Janeiro: R. Dumará, 1999.

RAMSEY, Gerald. **Transexuais – Perguntas e Respostas.** São Paulo: Summus, 1998.

REUCHER, Tom. Quand les trans deviennent experts. **Multitude.** Nº 20, 2005, PP-159-164. Disponível em: http://www.multitudes.net/?id_article=1921

_____. **Sex and gender.** New York: Aronson, 1974

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos.** São Paulo: Santos, 1996.

É possível um Estado que abarque a multidão queer? Breves considerações para pensarmos a política sexual na biopolítica contemporânea.¹

Apresentação

“O Estado não para de produzir e reproduzir círculos ideais, mas é preciso uma máquina de guerra para fazer um redondo.”

Gilles Deleuze e Félix Guattari.

O presente artigo propõe algumas notas - breves e provisórias – sobre a possibilidade ou não das configurações designadas como queer constituírem políticas de Estado. O objetivo central é refletir sobre a relação Estado e políticas queer tendo como cenário o contexto atual – a biopolítica contemporânea - marcado por profundas transformações no que tange as vidas, os corpos, os gêneros, as sexualidades e os desejos. Mais do que perguntar como coloca Merhy (2012) “quem são os anormais da hora?” urge perguntar como, cada vez mais, na biopolítica contemporânea, a produção de “anormalidades” tem sido alvo de incitação e controle capitalístico. A pergunta reside em pensar, no âmbito do campo atual, quais os novos/outros regimes de verdade forjados sobre o que se designa como “anormalidades” e, mais do que isso, pensar políticas de normaliza-

1 Uma versão deste artigo ampliada foi publicada na Revista Periodicus. Vol A. Nº 1.pp191-205.

ções de novas/outras produções estéticas e desejanter. É neste contexto que as explosões de possibilidades de vidas não normativas, que enfrentam os imperativos que forjam as normas de gênero, precisam ser discutidas.

Não constitui uma tarefa fácil tal exercício na medida em que coloca como elementos para reflexão dois territórios marcados por complexidades: o Estado e a multiplicidade queer. Algumas questões e alguns paradoxos norteiam as reflexões deste texto: a) como, por dentro do Estado, que opera a partir de normas, entre eles a heterossexualidade compulsória como matriz de inteligibilidade cultural (BUTLER, 1993; 2003), políticas que desestabilizam esta ordem podem ser construídas e efetivadas? b) Antes disso, o que queremos realmente dizer com políticas queer? Se a multiplicidade queer é uma construção política, uma aposta em outra política, como é possível converter seus elementos para o âmbito dos poderes constituídos? c) Partindo da ideia de que o processo de inclusão dar-se somente em relação ao seu exterior constitutivo – a exclusão, como fica as propostas de algumas políticas que podem ser denominadas queer na medida em que aquilo que elas pleiteiam e propõe incluir acaba por produzir/reforçar zonas de abjeção? d) Sendo as possibilidades *queer* a potência da abjeção, da “anormalidade” como é possível produzir normalizações a partir da política? E, por fim, e) o que queremos mesmo dizer quando falamos Estado?

Como intercessores analíticos as reflexões dialogam com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Pierre Clastres, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier, Beatriz Preciado, Paul Rabinow entre outros/as que têm refletido sobre o Estado, biopolítica contemporânea, as relações saber-poder e suas articulações com o campo da política das identidades, as produções dos desejos e as experiências éticas, estéticas e políticas contemporâneas.

Seguindo estes diálogos, o artigo apresenta uma breve discussão/provocação sobre o Estado*, em seguida abre uma discussão sobre as multidões queer e sobre a biopolítica contemporânea colocando em diálogo tanto as discussões conceituais como as propostas políticas que pleiteiem e/ou se intitulem uma “política queer”.

Para pensar o Estado

“Tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda parte.”
Gilles Deleuze e Félix Guattari

O asterisco na palavra ESTADO não é um acaso, mas um artifício gráfico e simbólico que denota a complexidade que é refletir sobre o que queremos dizer quando falamos Estado. A interrogação também perfaz as inquietações. Mais do que afirmar que o Estado é aberto às políticas queer ou rarefeito a elas, é interessante refletir, por dentro da noção de Estado, as tensões e alargamento onde as possibilidades queer são capturadas e/ou mantém a sua potência de máquina de guerra, suas resistências e singularidades como expressões desestabilizadoras, principalmente das performances de gênero. Neste sentido, a reflexão não tem como pretensão afirmar ou negar a possibilidade do Estado, ou de um certo Estado, abarcar a multiplicidade queer, mas trazer para o campo do limite as tensões constitutivas que se situa no debate sobre Estado e política queer.

Mesmo não tendo explicitado de forma clara que seus estudos arqueológicos e genealógicos, entre tantas coisas, colocavam também um análise o que se forjam como o Estado, Michel Foucault, de diferentes formas, pôs em discussão as questões de estado, mesmo o tema do Estado não estando explícito em obras mais clássicas

do que se designa como período genealógico a exemplo de “A história da Loucura” e “Vigiar e Punir. A partir do “Nascimento da Biopolítica” curso conferido em 1979 o tema do Estado aparece como um elemento central nas análises foucaultianas. Opondo-se a partir dos universais como elemento teórico/metodológico, entre eles o universal Estado, Foucault vai construindo uma análise que tem como tema central o acoplamento de poder que ele designa como a biopolítica - a política que governa a vida e os viventes. Já na aula inicial descontrói a ideia de um Estado único, universal, essencial onde

Em outras palavras, o Estado é uma realidade específica e descontínua. O Estado só existe para si mesmo e em relação a si mesmo, qualquer que seja o sistema de obediência que ele deve a outros sistemas como a natureza ou como Deus. O Estado só existe por si mesmo e para si mesmo, só existe no plural (FOUCAULT, 2008, p.7).

Tomando esta perspectiva, Michel Foucault nos convida a pensar o Estado a partir de uma perspectiva histórica, plural e multifacetada. Olhar, neste sentido, para os processos que forjaram o que designamos como Estado. Tal movimento produz deslocamentos na medida em que tomar uma análise do Estado significa desconstruir a ideia de um Estado único e universal, desconstruir a ideia de um Estado em si mesmo. Aqui oposições são colocadas em discussão, principalmente o par clássico Estado versus sociedade civil.

Deleuze e Guattari (1997) no inquietante texto “Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra” no mil platôs volume 5 chama a atenção para o caráter dual do Estado marcado pela dimensão de déspota (soberania) e de legislador como “elementos principais de um aparelho de Estado que procede por Um-dois, distribui as distinções binárias

e forma um meio de interioridade. É uma dupla articulação que faz do aparelho de Estado um estrato” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.12).” Aqui é possível vários diálogos que iluminam as discussões. O primeiro deles refere-se à ressalva de que os Estados se compõem a partir de duas dimensões, dois domínios de poder: o poder centralizado e expresso na figura do imperador, do rei, do chefe de estado e um domínio jurídico habitado por legisladores e leis. Essa dimensão dual coaduna-se para configurar a sensação de interioridade na forma Estado, sensação esta que acaba naturalizando a ideia do Estado como universal e homogêneo. Aqui também o domínio jurídico aparece como um elemento imprescindível na configuração do Estado. Via o campo jurídico a legitimidade é forjada a partir de relações de saber/poder onde

O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar; consequentemente, a política tem que se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei (BUTLER, 2003, p.19).

Um segundo diálogo possibilita uma análise contrária à ideia do Estado como algo homogêneo, único, estável. Tomando como referência as discussões de Clastres, o texto recupera a ideia das sociedades “primitivas” como sociedades contra o Estado. Longe de se configurarem enquanto sociedades sem estado (sendo o Estado a representação da civilidade) inverte a lógica evolucionista trazendo a dimensão de conjuração, de antecipação da forma Estado pelas sociedades ditas primitivas; antecipação, antes de tudo, da

quilo que é uma recusa: a recusa ao poder centralizado, a figura do chefe de Estado como lugar da ordem, a recusa ao déspota, a um sistema jurídico que seja a representação do poder. Diz Clastres (2003)

Existem por um lado as sociedades primitivas, ou sociedades sem estado; e, por outro lado, as sociedades com Estado. É a presença ou a ausência da formação estatal (suscetível de assumir múltiplas formas) que fornece a toda sociedade o seu elo lógico, que traça a linha de irreversível descontinuidade entre as sociedades (CLASTRES, 2003, p.217).

Destaca-se aqui o caráter múltiplo dos Estados, suas formas e singularidades no exercício do poder, sua dimensão enquanto máquina de captura produtora de modos de subjetivação (formas de ser e estar no mundo e em mundos) serializadas, incitadas nas suas potências, controladas em suas singularidades, fenômeno este cada vez mais acentuado nas sociedades capitalísticas contemporâneas, mas o que é mesmo pensar o Estado como máquina de captura? Antes de pensar a máquina de captura faz-se necessário pensar a máquina de guerra.

Para pensar a máquina de guerra é preciso, antes de tudo, desnaturalizar a noção de guerra como geralmente entendemos no aparelho do Estado moderno, ou seja, como integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar. Além disso, constitui condição *sine qua non* entender que a máquina de guerra, enquanto resistência, é irreduzível ao Estado e produzida fora dele; é uma forma plena de exterioridade e como pura exterioridade a máquina de guerra constitui o fora, o não-lugar, o espaço liso².

2 Longe de se configurarem em binarismo, o liso e o estriado são nas reflexões de Deleuze e Guattari modos de ser e estar no mundo e em mundos. Formas de conceber espaços e modos de subjetivação dife-

A máquina de guerra resiste, metamorfoseia-se, tenciona a máquina-estado. Invenção dos nômades, a atualidade da máquina de guerra pode estar presente tanto numa inovação industrial, tecnológica, num circuito comercial, artístico, nos movimentos sociais, nas ruas, na multidão queer enfim “em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelo estado senão secundariamente” (DELEUZE, 1997, p.12).

O Estado como aparelho de captura tem uma potência de apropriação; mas, justamente, essa potência não consiste somente em que ele captura tudo o que pode, tudo o que é possível (...). O aparelho de captura se apropria igualmente da máquina de guerra, (...) dos mecanismos de antecipação-conjuração (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.128).

A máquina Estado - este aparelho de captura - apropria-se, de diferentes formas, das máquinas de guerra ao tempo em que estas - fluxos constantes- reatualizam-se em outros devires. Precisamos pensar quais os mecanismos de antecipação-conjuração tem potência de metamorfose, potência de resistência frente à máquina de captura. Este é um paradoxo constitutivo para pensar as possibilidades queer enquanto máquinas de guerra, exteriores, capturadas pela forma Estado, mas que se reinventam em outros/novos fluxos. Voltaremos ao tema da antecipação-conjuração.

rentes. “O espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário, - o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado – não são da mesma natureza. (...) O espaço liso é ocupado por acontecimentos e heceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais do que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas” (Deleuze e Guattari, 1997,p.185)

Para pensar as multidões queer

“As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer.”

Beatriz Preciado.

Empregado pela primeira vez por Teresa de Laurettis no ano de 1990, o termo queer - até então usado de forma pejorativa para ser referir as performatividades de gênero e sexualidades desestabilizadora da heteronormatividade, tem sido utilizado tanto na academia quanto em diferentes movimentos e coletivos para assinalar uma diferença, principalmente nas performances de gênero, que não deseja ser assimilada e tolerada (LOURO, 2001).

Desde então, um campo de diferentes pesquisadores (antropólogos, sociólogos, lingüistas, historiadores, pedagogos, as artes em geral, entre outros e outras) tem se organizado e tentado definir um campo dos estudos marcado por discussões que sofreram influência direta dos estudos culturais quanto das discussões pós-estruturalistas. Sobre este contexto Miskolci (2009) nos coloca que

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia (MISKOLCI, 2009, p.152).

Aqui o sujeito emerge como historicamente construído, plural e processos de transformações. Universais como essência e identidade são constantemente desterritorializados

zados pelas perspectivas queer, trazendo para o plano dos agenciamentos coletivos as análises dos processos sociais. Sem dúvida, as reflexões do que podemos nominar como um território queer trouxe inúmeras contribuições para o estudo e a compreensão das singularidades e das multiplicidades nas diferentes experiências entre corpos, gêneros, sexualidades e desejos.

No que se refere aos diferentes movimentos e coletivos, o termo queer e tudo aquilo que ele pode evocar enquanto possibilidade política tem sido usado ora como forma de resistência aos processos marcados pela heteronormatividade ora como forma de pleitear determinadas agendas políticas. No que se refere à relação heteronormatividade e as possibilidades queer vale ressaltar as reflexões de Miskolci (2009) quando nos coloca que

Muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizar suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. O estudo da heteronormatividade como aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social do presente foi (e algumas vezes ainda é) confundido como a descrição das normas contra as quais lutariam sujeitos socialmente classificados como anormais, pervertidos, sexualmente desvian-

tes, em suma, termos sintetizados pela palavra queer na língua inglesa. No entanto, os principais teóricos queer demonstraram que tais sujeitos frequentemente também estão enredados na heteronormatividade (MISKOLCI, 2009, p. 156).

Tomando as reflexões acima, as análises aqui tecidas situam-se sempre no limiar, numa zona limítrofe ou numa dobra marcada por tensões constitutivas como: heteronormatividade/possibilidades queer, estado/política queer, assujeitamentos/resistências, aparelho de captura/aparelho de guerra, tensões essas que animam, não dialeticamente, mas de forma paradoxal e constitutiva o campo das alteridades. Tomando essa perspectiva política é possível apostar que uma multiplicidade de performatividades de gênero fazem parte da plataforma queer marcada pela reivindicação de sua dimensão desestabilizadora. No centro desses processos encontra-se o dispositivo da sexualidade enquanto um constructo sempre em atualização.

No campo epistemológico algumas pensadoras têm ressignificado o que podemos tentar definir como os estudos queer. Marie Hélène Bourcier (2006) no volume 1 da trilogia intitulada *Queer Zones* traz para o debate atualizações do que podemos designar como política queer chamando para reflexão o fato de que esta se distingue do pensamento pós moderno e pós-estruturalista na medida em que pede uma repolitização do campo sexual; uma crítica dos centros de formação das identidades sexuais e do gênero normativo; formas de intervenção dentro da economia dos discursos disciplinares, dos regimes de verdade e da biopolítica. As reflexões de Bourcier são importantes na medida em que assinala condições imprescindíveis numa plataforma queer: outra política, ou como a autora prefere chamar, uma repolitização do campo sexual (corpos, sexualidades, desejos), mas também uma ressignificação dos regimes de

verdade, das produções discursivas, das relações entre saberes e poderes, outras formas de dizibilidades (discursos) e visibilidades (práticas).

Neste contexto, as reflexões de Beatriz Preciado vêm também ocupando movimentos interessantes no que tange a pensar a multiplicidade queer na atualidade. Para a autora, a noção de multidão aparece em oposição ou no lugar de diferença sexual onde as possibilidades de corpos e modos de existências se deslocam de uma base natural, biológica, para se expressar a partir de diferentes performatividades de gênero. Aquilo que a princípio é visto como uma política das “minorias” acaba por se converter em uma “política das multidões” com potência de processos identitários (em devires) que desconstrói as identidades sexuais normalizadas social e culturalmente, desterritorializando a heterossexualidade como norma vigente. Essas novas apostas de leituras quanto de organização de territórios oxigenam tanto o campo epistemológico quanto as práticas sociais (campos indissociáveis) que apostam sempre na desestabilização como elemento central.

Para pensar a biopolítica contemporânea

O capitalismo moderno emerge, entre outras características, tendo como referencia a divisão sexual do trabalho onde os corpos foram capturados e otimizados ao máximo da produção, no âmbito de uma divisão social, que levava em consideração a radical dicotomia dos sexos. Nesse contexto, o modelo heteronormativo se constituiu coimo é dos pilares do complexo modo de produção capitalista. No auge da modernidade, os valores burgueses consolidaram o modelo de família patriarcal, a maternidade surge como uma invenção na medida em que a noção de infância passa a assumir um papel de suma relevância. A família nuclear, a

mulher reprodutora e seus filhos constituem um dos pilares que sustenta e alimenta a reprodução do capital.

Foi no âmbito do biopoder que os corpos, seja na sua dimensão anatofisiológica, seja na sua dimensão social, passaram a constituir dispositivos complexos cujo controle e disciplinarização dos corpos e sexualidades foi a força motriz no primeiro momento. Foi com base no natural, no biológico, na diferença sexual que o capitalismo, entre outras características, tornou-se cada vez mais hegemônico.

Discutir a questão da biopolítica na contemporaneidade significa dialogar com as reflexões que partem do pensamento de Michel Foucault, principalmente nos cursos intitulados “Segurança, Território e População” ministrado em 1978 e na sequência o “ Nascimento da Biopolítica” curso ministrado em 1979. Pensar a Biopolítica significa, ao contrário do que muitas vezes é colocado sobre o pensamento de Foucault, entendê-la no conjunto de sua obra, na constituição do pensamento Foucaultiano, na arqueogenealogia sobre a relação saber/poder nos mundos ocidentais. Assim, a noção de biopolítica não é outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder naquilo que Foucault inicialmente analisou como as sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida. O que começa a mudar a partir do século XVII e, principalmente do século XVIII, é a invenção do conceito de população e como este, com todo seu aparato adjetivo, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder, a incitação e controle atuarão.

Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis.

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras (...). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p.82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com os poderes (as normas). Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a des-razão, a loucura). Agora, as séries passam a compor degradês de normalização onde nada e ninguém escapa (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Entender a capilarização do poder é fundamental e ilumina os processos atuais que se mostram revestidos de novas/outras complexidades onde o que está em jogo são as produções discursivas (saberes), as relações de poder e como estas produzem, modelam e capturam sujeitos e processos de subjetivação.

Preciado (2008) quando aborda o investimento do capitalismo industrial, que transformou o sexo e a sexualidade em objetos privilegiados de gestão pública a partir do final da segunda guerra mundial e, principalmente, durante a guerra fria, recupera a ideia de biopolítica no pensamento

de Michel Foucault onde um dos conceitos chave é a noção de sexopolítica. Tomando o pensamento de Foucault, mais precisamente o conceito de Biopoder e Biopolítica, a autora volta às observações empíricas para a biopolítica contemporânea cuja proliferação das tecnologias corporais constitui sua principal característica e fazem parte da parafernália atual que coloca, cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do Estado e do capitalismo produzindo e proliferando as “minorias” de “anormais” no século XX.

Diz Preciado (2011)

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida” (PRECIADO, 2011, p11).

É no que considera uma distância entre as observações empíricas de Michel Foucault e as tessituras que estavam além do limite de suas observações que a autora recupera a constituição, a complexidade e a potencialidade dos anormais frente às “tecnologias de normalização” agem sobre a vida dos indivíduos atuando como um dispositivo de controle e modelagem à norma heterossexual. Neste contexto designa a atualidade capitalista como uma era farmacopornográfica onde seu funcionamento é possível “graças à gestão biomédica da subjetividade, através de seu controle molecular e da produção de conexões audiovisuais (PRECIADO, 2008, p.44).

Segundo a autora, a marca do biocapitalismo ou da era

farmacopornográfica é uma engenhosa captura e produção de subjetividades pelas tecnologias (entre elas as tecnologias de gênero) caracterizada pela produção de hormônios sintéticos, de novas fármacos - a metadona, os analgésicos, a aspirina, as drogas sintéticas, as cirurgias como vaginoplastias e faloplastias, cirurgias plásticas, lifting, cirurgias reconstrutoras nos soldados de guerra, secobarbital, prozac, viagra, as próteses de todo tipo, a indústria pornográfica, as bonecas infláveis, os vibradores e pênis plásticos e borrachados, o estrogênio, a progesterona, a testosterona, a endocrinologia, a sexologia entre tantos outros dispositivos de controle imprimem a marca da era farmacopornográfica cuja circulação intensa de substâncias e elementos semióticos vem produzindo novos modos de subjetividade através do duplo mecanismo de excitação e controle.

É neste contexto que precisamos refletir sobre as possibilidades, avanços, retrocessos, recrudescimentos das apostas na transformação das possibilidades queer enquanto política.

Tantos possíveis

Permanece, no meio destas inquietações, uma interrogação: o que pode ser as possibilidades de políticas queer frente ao Estado?

Mais do que oferecer respostas, estas não apenas provisórias e impossíveis na configuração de ou uma positividade ou uma negatividade, constitui um caminho interessante pensar, a partir de uma “proposta política” e “concreta” que podemos ou não designar como “queer”. Apesar de entender que essa possibilidade não se configura como uma “política queer” toma-se como exemplo e disparador analítico as discussões sobre o reconhecimento da união,

da parceria, do casamento, enfim dependendo do contexto, de relacionamentos que não se configuram a partir da norma heterossexual - as designadas relações homossexuais. Sobre essa agenda política Miskolci (2007) nos alerta:

A possibilidade do casamento aponta para uma normalização das relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, pois o reconhecimento estatal levaria a uma delimitação das relações aceitáveis como sendo apenas aquelas que pudessem resultar em “casamento”, o que automaticamente relegaria à ilegitimidade as relações fora dos padrões hegemônicos (entre gerações diferentes, entre classes sociais distintas ou com pessoas de origem étnica, religiosa ou cultural diferentes do grupo familiar de origem). Assim, o casamento constituir-se-ia em um mecanismo de normalização social poderoso e com conseqüências ainda pouco discutidas pelo movimento GLBT (MISKOLCI, 2007, p.109).

Concordando com as reflexões do autor, o fato de tomar as discussões designadas de “casamento gay” justifica-se na medida em que faltam, no âmbito concreto, exemplos que possamos analisar como uma plataforma política queer. Tal fato deve-se, antes de tudo, a própria aposta de outra política designada como queer.

Judith Butler (2003) no inquietante texto “o Parentesco é sempre tido como heterossexual” para além do esforço em separar a noção de parentesco da noção de casamento, nos provoca a pensar em que medida esta plataforma política acaba por produzir um campo do não reconhecível, um campo de inúmeras performatividades e modos de existência que não deseja o desejo de ser representado pela política, pelo Estado.

O casamento gay obviamente interfere nos investimentos profundos e permanentes não só da própria dupla heterossexual, mas também na questão de quais formas de relacionamento devem ser legitimadas pelo Estado. Esta crise de legitimação pode ser pensada a partir de várias perspectivas, mas consideremos, no momento, a dádiva ambivalente na qual a legitimação pode se transformar. Ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da personalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Dessa forma, a delimitação da legitimação ocorrerá somente através de uma exclusão de um certo tipo, embora não evidentemente dialética. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade. Todavia, ocorre aqui uma oclusão ainda mais fundamental. Compreendemos mal o campo sexual se considerarmos que o legítimo e o ilegítimo esgotam todas suas possibilidades imanentes. Fora da luta entre o legítimo e o ilegítimo – a qual tem como objetivo a conversão do ilegítimo em legítimo – existe um campo menos imaginável, que não se delinea à luz de sua derradeira convertibilidade em legitimidade. Este é um campo externo à disjunção do ilegítimo e do legítimo; não é ainda pensado como um domínio, uma esfera, um campo, não é ainda nem legítimo nem ilegítimo, ainda não pensado através de discurso explícito de legitimidade. De fato, este seria um campo sexual que não tem a legitimidade como seu ponto de referência, seu derradeiro desejo (BUTLER, 2003, p.226).

Miskolci (2007) dialoga com as reflexões de Judith Butler quando coloca que

Uma política sexual mais radical poderia reconhecer a pluralidade das experiências e identidades sexuais, mesmo as menos conhecidas ou aceitas em nossos dias. A recusa dos padrões hegemônicos de definição das relações legítimas ou ilegítimas também passaria pela reafirmação do privado como político e da sexualidade como questão pública, pois a homofobia e suas manifestações violentas acontecem predominantemente no espaço público. Além disso, as demandas por direitos podem se dar em outros termos, os quais apontem para a aceitação de novas formas de relacionamento e a constituição de um novo direito relacional, mais imaginativo e aberto às possibilidades (MISKOLCI, 2007, p.126)

Voltamos, portanto a potência da anormalidade, a força das abjeções. Voltamos novamente à máquina de guerra que se encontra em constante fluxo, reatualizando-se em diferentes modos de existências, formas de vidas que não categorizadas onde

Talvez o alvo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrar de uma dupla obrigação política, que é a simultânea individualização e a totalização das modernas estruturas de poder. Talvez o problema político, ético, social e filosófico do presente não seja tentar libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas liberar-nos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que está ligado ao

Estado. Temos que promover formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que tem sido imposta sobre nós ao longo dos séculos (FOUCAULT, 2010, p.283).

Voltamos ao tema da conjuração-antecipação, entendendo que conjurar é antes de tudo “conspirar”, “intentar”, “tramar”, “maquinar”, “insurgir-se”, “rebelar-se” antecipadamente aquilo que não desejamos. É não desejar o desejo do Estado. Para mim só há possibilidade de produzir políticas que podemos designar como queer se a potência de resistir continuar a reinventar outros/novos modos de vida. Só há política, só há Estado porque há sempre um devir – rebelde!

Referências

BOURCIER, Marie Hélène. **Queer Zones**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: on the Discursive Limits of “Sex”**. Nova York: B. Library; 1993.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-83332003000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul 2013.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro:

Editora 34, 1995.

_____. 1227- Tratado de Nomadologia: a Máquina de Guerra. In: _____. **Mil Platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a.v.5.

_____. 7000 a. C. - Aparelho de Captura. In: _____. **Mil Platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b. v.5

_____. 1440- O Liso e o Estriado. Capitalismo e Esquizofrenia In: _____. **Mil Platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. v.5.

_____. **Post-scriptum sobre Sociedades de Controle. Conversações.** São Paulo: editora 34, 1992. DELEUZE; GUATTARI, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L; RABINOW, P. **Michel Foucault** – uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LOURO, Guacira. Teoria Queer: Uma Política Pós-identitária para Educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, 2001.

MISKOLCI, Richard. Pânicos Morais e Controle Social: Reflexões sobre o Casamento Gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010483332007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 02 nov. 2013. [Http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000100006](http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000100006).

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o Desafio

de uma Analítica da Normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, Jun. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s151745222009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2013.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: Notas para uma Política dos «Anormais». **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.1, abr. 2011.

_____. **Testo Yonki.** Madrid: Espasa, 2008.

Bioteχνologias, modos de subjetivação e práticas de si nos processos de hormonização entre homens transexuais¹

Apresentação

Peguem um espinho, enfiem-no ali no corpo e farão eclodir no ar exércitos de roseiras que lhes bastará plantar em terras para lhe dar concreção.

Antonin Artaud

Pelas plantas dos pés subia um estremecimento de medo, o sussurro de que a terra poderá aprofundar-se. E de dentro erguiam-se certas borboletas batendo asas por todo o corpo.

Clarice Lispector, 2005

“Depois que comecei a tomar o hormônio a minha vida mudou. A minha psiquiatra do plano de saúde que me acompanha desde 2009, ela viu o meu progresso. Depois que comecei a usar o hormônio eu mudei muito para melhor, parece que o hormônio fazia falta no meu corpo, porque depois que eu comecei com o hormônio a minha vida passou a andar porque parece que ela ia e voltava, ia e voltava, ficava dando voltas (...) Eu acho

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

que o hormônio me ajudou não só nos caracteres secundários, mas também de motivar para viver o que eu quero. Querer viver, me libertou, agora eu sou eu.”

(...) Na primeira dose você fica extasiado. É mais um passo em direção ao que eu quero.

Antônio. Sobre sua primeira dose de testosterona.

Michel Foucault, sob o pseudônimo de Maurice Florence, assinou o verbete “Foucault” para o Dicionário de Filosofia de Huisman. No breve texto, a questão da história do pensamento e, conseqüentemente do sujeito aparecem como elementos centrais na definição da trajetória filosófica do autor. Segundo o texto, “Michel Foucault tenta agora, sempre dentro do mesmo projeto geral, estudar a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se conhecer como um campo de saber possível. Trata-se, em suma, da história da ‘subjetividade’, se entendemos essa palavra como a maneira pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Este texto se propõe a falar sobre isso: sobre sujeitos historicamente construídos e designados, a partir da produção de certos regimes de verdade, como homens transexuais. Esses sujeitos são tomados como protagonistas de suas histórias e, mais do isso, como agentes ativos de enunciações e práticas, portanto, também produtores de regimes de verdades. No âmbito dessa experiência coletiva, numa relação constante com o outro (as alteridades) e com as experiências consigo mesmos, seus corpos e sexualidades

são tomados como elemento central nas reflexões.

A constante produção dos modos de subjetivação² transexuais tem se tornado, cada vez mais, interesse de reflexões acadêmicas. “Pode-se, com efeito, falar de processos de subjetivação quando se considera as diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes” (DELEUZE, 1992, p.217), ou seja, a dimensão de se produzir enquanto sujeitos comporta sempre as linhas de fuga, os vazamentos, as resistências frente aos processos de assujeitamentos.

Neste universo plural e marcado pela multiplicidade, as experiências dos homens transexuais (FtM-female to male) ou a construção das transmasculinidades³, vêm

2 A ideia de subjetividade e modos de subjetivação dialoga com outros/ outras autores/as como Félix Guattari, Gilles Deleuze e Suely Rolnik onde esses processos funcionam como maquinarias onde o individual e o coletivo estão constantemente em agenciamentos. Guattari e Rolnik (2005, p. 39) destaca que “a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implica no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquinicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, intrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante)”.

3 Toma-se a masculinidades enquanto um construto histórico e cultural. Entende-se que a construção das masculinidades excede o corpo biológico no sentido da sua designação anatômica e ganha potência em qualquer corpo (Halberstam; 2008; Bourcier, 2008). Assim, podemos falar em masculinidades femininas, masculinidades transexuais, etc.

ganhando visibilidades em diferentes cenários seja no âmbito acadêmico, nas redes sociais ou nas experiências mais cotidianas onde constantemente sujeitos transexuais são interpelados e interpelam as normas de gênero.

O centro das reflexões são os discursos e práticas forjados nos processos de hormonização vivenciados pelos designados homens transexuais através do uso de fármacos à base de testosterona⁴ no processo de construção, experiências e narrativas nas vivências das transmasculinidades, expressando-se através de uma construção performativa dos gêneros que se materializam nos corpos (BUTLER, 1993; 2003).

Constituem objetivos perceber como as práticas de hormonização podem ser práticas subversivas (resistências) ao mesmo tempo em que produzem processos de assujeitamentos (controle) tanto à “medicamentação” quanto à “medicalização”⁵ da vida bem como perceber as tessituras que entrelaçam estas construções. O cenário social, político e econômico no qual estas práticas se inscrevem é biopolítica contemporânea marcada por dispositivos biotecnológicos que produzem a todo instante novos/outros modos de subjetivação. Neste sentido, o *paper* se propõe a pensar a relação testosterona/

4 No caso do Brasil e através da pesquisa de campo, pode-se perceber que os medicamentos à base de testosterona mais usados pelos homens transexuais são injetáveis: Deposteron (cipionato de testosterona 200mg); Durateston - fármaco que coaduna vários tipos de testosterona (Propionato de testosterona 30 mg; Fenilpropionato de testosterona 60 mg; Isocaproato de testosterona 60 mg; Decanoato de testosterona 100 mg) e, em alguns casos, Nebido [1.000 mg de undecanoato de testosterona em solução oleosa injetável de 4 ml (250 mg de undecanoato de testosterona/ml)].

5 Parto do princípio que há diferenças entre esses dois processos, apesar de constituírem uma dobra nos processos de assujeitamentos. A medicamentação refere-se mais aos usos de medicamentos (fármacos) enquanto que a medicalização é, antes de tudo, um processo constante de organização da vida social individual e coletiva.

sujeitos como um processo fundamental no que vem a ser considerado o modo vida transexual, particularmente, aqui analisado, a transexualidade masculina. Vale ressaltar que não existe uma condição causal entre hormonização e performatividades transexuais. A experiência de viver e experienciar as transexualidades excedem, vazam a relação com os hormônios e necessariamente não se encontra atada a ela como uma necessidade inegociável. Pelo contrário, a decisão de se hormonizar ou não, como vão se hormonizar, que fármacos utilizar, por quanto tempo, quantidades, efeitos, enfim faz parte de processos de agenciamentos marcados por uma multiplicidade de possibilidades que são negociadas a todo instante consigo mesmos/as e com ou outros.

No entanto, os processos de hormonização saltam com distintas visibilidades nos modos de vida transexuais fabricando-se enquanto um elemento importante quando nos debruçamos para pensar processos subjetivos. Neste sentido, os hormônios e aqui, particularmente a testosterona, é entendida enquanto dispositivo - o “dispositivo testo” - uma engrenagem historicamente construídas com diferentes linhas e agenciamentos nos processos de subjetivação nas transexualidades (LIMA, 2011).

Do ponto de vista das narrativas que iluminam o texto foram realizadas entre 2013 -2014 cinco conversas com homens transexuais na cidade do Rio de Janeiro, onde o ponto central foi o processo de hormonização. Na multiplicidade das experiências de transexualidades masculinas, o recorte empírico foi delimitado: homens transexuais que se encontram envolvidos com serviços de saúde (públicos e/ou privados) e que se encontram fazendo uso do hormônio testosterona⁶. Utilizou-se o termo de

6 Ressalto que muitos dos meus informantes, mesmo fazendo parte de um serviço público de atendimento a transexuais, acionavam de al-

livre consentimento e tanto os nomes ou quaisquer referências que possam identificar os entrevistados foram modificadas e/ou suprimidas com a finalidade de preservar os interlocutores.

As transexualidades masculinas.

Discutir o que temos designado como transexualidades masculinas é uma tarefa ainda por se fazer nos contextos de produção do conhecimento brasileiro. A maioria das reflexões, dissertações, teses e artigos tem se debruçado sobre as “travestilidades” e, principalmente, sobre as mulheres transexuais cujas visibilidades em diferentes contextos foram e, ainda são mais visíveis. Destaca-se, porém, que nos últimos anos tem crescido a participação dos homens transexuais em diferentes espaços indo dos serviços de saúde especializados⁷ até as redes sociais e midiáticas⁸. Tem crescido também a produção de dissertações, teses e

guma maneira alguns/outros ofertas privadas, principalmente no que se refere ao acompanhamento da endocrinologia no processo de hormonização. Salienta-se ainda, no âmbito desta discussão, que aqui não se encontra presente um universo considerável de homens transexuais que fazem uso da testosterona, sem estar vinculado a nenhum serviço público e/ou privado.

7 O Brasil conta com quatro serviços públicos credenciados no Ministério da Saúde para realizar o processo transexualizador, inclusive os processos cirúrgicos: no Rio de Janeiro, o Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ; em São Paulo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/USP; em Porto Alegre, o Hospital das Clínicas de Porto Alegre - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e em Goiânia, o Hospital das Clínicas.

8 Sem dúvida o livro autobiográfico de João W. Nery “Viagem Solitária – memória de um transexual trinta anos depois” (2011) foi e é um divisor de águas nas experiências das transexualidades masculinas. Através da obra e, principalmente, da circulação das imagens e das falas de João Nery nos suportes midiáticos e redes sociais, o reconhecimento e a visibilidade dos homens transexuais acenderam nos contextos culturais brasileiros e mundiais.

pesquisas que tomam especificamente as transexualidades masculinas como *ethos* de observação e reflexão.

No entanto, podemos tomar como ponto de partida que as construções de FtM (female to male) ou os homens transexuais podem ser entendidas num conjunto de forças e acontecimentos que forjaram o que se convencionou chamar transexualidade. Este processo deve ser compreendido na transição do século XIX para o século XX, onde os corpos e sexualidades sofreram processos intensos de medicalização, consequência do que Foucault (1997) designou como a “ciência sexual”. Neste contexto, o poder disciplinar atuou, num primeiro momento, sobre os corpos individuais e coletivos disciplinarizando-os

Neste conjunto de saberes e, conseqüentemente, de poderes, diferentes campos discursivos e práticos contribuíram para o delineamento do que viria a se concretizar na primeira metade do século XX como “transexualismo” (CASTEL, 2001). Diferentes domínios como a medicina, principalmente a psiquiatria, o direito, a pedagogia, a sociologia, a psicologia, a psicanálise, entre outros, tomaram as expressões corporais, a multiplicidade das sexualidades e as performatividades de gênero como “objeto” privilegiado de discursos e práticas.

Assiste-se assim, nessa segunda metade ou neste último terço do século XIX, ao que poderíamos chamar de consolidação das excentricidades em síndromes bem especificadas, autônomas e reconhecíveis. É assim que a paisagem da psiquiatria vai ser animada por toda uma gente que é, para ela, nesse momento, totalmente nova: a população dessas pessoas que não apresentam sintomas de uma doença, mas síndromes em si mesmas anormais, excentricidades consolidadas em anomalias (FOUCAULT, 2011, p.271-272).

Estes acontecimentos, entre outros, foram de suma relevância para a transição e consolidação da transexualidade durante a segunda metade do século XX, não como uma perversão, mas como uma “patologia” que demandava um saber e uma intervenção específica (FOUCAULT, 1997, 2002, 2011). Em 1983, a transexualidade (entendida enquanto uma disforia de gênero) passa a fazer parte do Diagnóstico de Saúde Mental - DSM. A partir de então, as multiplicidades das experiências transexuais têm sido hegemonicamente escritas sob o signo do diagnóstico psiquiátrico – o F.64x, denominado transtorno de identidade de gênero. No atual DSM - V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2004), a transexualidade passou a ser entendida como uma disforia de gênero. Essa mudança provocou opiniões divergentes: de um lado os que a entendiam como uma despatologização, na medida em que a retirou da categoria “transtorno”; e, do outro lado, os que entendiam que a patologização continuava a partir de outro descritor.

Preciado (2008) traz uma contribuição interessante para pensarmos a produção de muitos processos de subjetivação contemporâneos. Para a autora, as décadas de 1960 e 1970 são decisivas na produção de uma nova plataforma política que amplia o que Foucault designou como Biopoder ou a sociedade disciplinar. Este nova “era”, como ela mesmo designa, atribui a denominação de farmacopornográfica onde fármaco refere-se aos processos de governo biomolecular e o pornô aos processos semióticos e técnicos que compõem esta plataforma. Neste contexto, situa a invenção das transexualidades como um processo onde os sexos e as sexualidades passam a ser elementos fundamentais na gestão da vida.

O que é importante salientar é que estes movimentos de assujeitamentos e controles têm, cada vez mais,

despotencializado as singularidades transexuais. O uso do hormônio testosterona encontra-se no âmbito desta maquinaria, onde sua administração passou a ser uma condição *sine qua non* nos processos de construções das masculinidades transexuais, procedimento este que acaba por romper os serviços de saúde especializados, transformando-se num potente dispositivo de medicalização e medicamentação. As narrativas abaixo iluminam as reflexões aqui apontadas:

Às vezes eu sinto vontade de chorar, mas não choro. Não sei se isso tem a ver com a testosterona, mas acho que deve ter. (Pedro)

No meu caso me tirou muito a insegurança de eu ser homem na cabeça, mas não ser homem ao olhar dos outros entendeu? Isso me incomodava muito. E eu pensava: o que adiantava eu ser homem pra mim se não me vêem como homem? (Antônio)

Me deu uma aparência mais masculina porque minha voz era muito fina, fina mesmo, eu sentia uma vergonha imensa de falar, era terrível (...) mudou também a fisionomia”. (Fábio)

Tou me sentindo mais confiante... Quem não sabe meu nome de registro me vê como homem. (Fábio)

Das narrativas que abrem a apresentação do texto onde é possível retirar fragmentos como “(...) agora eu sou eu” referindo-se à subjetividade moldada e acionada pelo dispositivo teste às narrativas contidas nos fragmentos acima, fica pertinente que as relações hormônios/transexualidades sinalizam para muitos processos de tornar-se sujeitos em e nos mundos. Esses atravessamentos interessam e muito.

Biocapitalismo, Biotecnologias e Governamentalidade

“Para mim a testosterona é a melhoria da minha vida em 80 % porque você tem um reconhecimento social depois que você passa a tomar. As pessoas não te vêem mais como antes”. Fábio.

Preciado (2008) quando aborda o investimento do capitalismo industrial que transformou o sexo e a sexualidade em objetos privilegiados de gestão pública a partir do final da segunda guerra mundial e, principalmente, durante a guerra fria traz a potência de dialogar essas reflexões com as ideias de biopolítica e governamentalidade no pensamento de Michel Foucault (2008a; 2008b) como um bom exercício de perceber as maquinarias (re)-inventadas pelos sabres/poderes na contemporaneidade.

Neste contexto, é preciso perceber que a Biopolítica não é um outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder naquilo que Foucault inicialmente analisou como as sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida. O que começa a mudar a partir XVII e, principalmente do século XVIII é a invenção do conceito e da ideia de população e como esta, com todo seu aparato adjetivo, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder incitação/controle atuarão. Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis. Foucault (2008a) estabelecendo diferenças entre as sociedades disciplinares e a biopolítica coloca que:

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado

pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras (...). São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008a, p.82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com os poderes (as normas). Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a des-razão, a loucura). Agora as séries passam a compor degradês de normalização, modulações onde nada e ninguém escapa. Esse processo é importante, pois tanto o dispositivo da transexualidade e, por dentro dele, o dispositivo teste fazem parte desta engrenagem. Deleuze (1992) no texto “Post-Scriptum – sobre as sociedades de controle” situa e ressalta a passagem (acoplamento) entre a sociedade disciplinar e o contexto biopolítico na obra de Michel Foucault onde já era percebido e anunciado no pensamento foucaultiano uma crise nos modelos disciplinares onde novas forças foram se instalando depois da segunda guerra mundial.

Neste contexto, a governamentalidade - o governo/gestão dos vivos, emerge como elemento estratégico.

Sobre a governamentalidade Foucault (2008 a) coloca que

por esta palavra (...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivo de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo ocidente, não parou de conduzir (...) toda uma série de saberes (...) (FOUCAULT, 2008 a; p.143).

Nesse substrato histórico e político, a transexualidade se situa como um dos fenômenos mais expressivos na biopolítica contemporânea. Nesse universo, as discussões e o uso dos hormônios continuam sendo um espaço de permutas, de disputas, de trocas, de tensionamentos no dispositivo da transexualidade.

O Dispositivo Teste

O hormônio “masculino”⁹ conhecido como testosterona assume nas reflexões presentes a dimensão de dispositivo – o dispositivo “TESTO”. Retomando as

9 Apesar da testosterona ser conhecida como um hormônio masculino salienta-se que, nas fêmeas da espécie humana, é produzida em menor escala. As descobertas da presença de estrogênio nas glândulas sexuais masculinas e de hormônios masculinos (testosterona) nas glândulas femininas foi um elemento importante nas explicações mais plausíveis para compreensão da intersexualidade e da transexualidade. Além disso, essa descoberta possibilitou, por exemplo, medicar hormônios que não eram produzidos preponderantemente por uma determinada glândula sexual (GAUDILLIÈRE, 2003).

discussões foucaultianas sobre os diferentes dispositivos de controle e resistências (FOUCAULT, 2002; DELEUZE, 1990, AGAMBEN, 2005), os mesmos são entendidos como mecanismos complexos, compostos por discursos e/ou práticas (o dito e o não-dito, elementos linguísticos e não-linguísticos), heterogêneos, multilíneares, historicamente produzidos e com uma função estratégica que coaduna saberes e poder. Produzem-se e funcionam como uma maquinaria que captura em suas engrenagens sujeitos e corpos de forma plural, heterogênea e difusa. Não se constituem enquanto um elemento fechado, mas como um conjunto de diferentes linearidades que se articulam e rearticulam constantemente, conservando, no seu interior, a característica das tensões. É, por excelência, contraditório, pois desvela o jogo paradoxal que se estabelece entre sujeitos e normas, revelando as “sedimentações” e as “fissuras” constituintes nos modos de sujeitização.

Assim, toma-se a ideia de que a testosterona foi e é produzida num âmbito de dispositivos maiores, como os processos de medicalização, onde a descoberta e uso dos hormônios tem papel importante. Os hormônios, de uma maneira geral, destacam-se, pela capacidade de produzir discursos e práticas, revelando um mecanismo potente de controle dos corpos e sexualidades. Esta dimensão tem sido experienciada pelos homens transexuais, revelando desde transformações físicas até processos subjetivos. Os fragmentos abaixo iluminam as reflexões:

Fisicamente são várias mudanças (..) barba, a força, muda (..) o padrão do corpo, a distribuição de gordura no corpo, tou ficando meio careca... (Pedro).

O principal é mais segurança (...) me sinto mais seguro (...) mais seguro no modo geral, na vida, mais confortável comigo mesmo (...). (Pedro).

Mudou o meu relacionamento comigo. Passei a me aceitar com mais facilidade. Passei a não ter medo de sair e ficar será que estão me olhando para saber quem eu sou... (Antônio).

Das mudanças físicas (barba, crescimento dos pêlos, mudança na distribuição da gordura corporal, entre outras) passando por expressões de qualidade como força até processos relacionais como mostrar-se em público, ter mais segurança ou individuais - sentir-se mais como se é ou se deseja ser perfazem as narrativas transexuais. Essa maquinaria forja-se a partir de várias entradas, vários platôs que não se sobrepõem, mas atuam através constantes agenciamentos, evidenciando as relações entre tecnologias e gênero (DE LAURETTIS, 1987) e como as diferentes tecnologias foram fundamentais na produção contemporânea da transexualidade (HAUSMAN, 1995).

Partindo deste contexto, percebe-se que os processos de hormonização no âmbito da biopolítica e do biocapitalismo contemporâneo, faz parte de uma plataforma política e econômica onde a potente circulação de fármacos acabam por produzir um conjunto de discursos e práticas que arrastam sujeitos e criam novas/outras formas de existência. Beatriz Preciado (2008) tem discutido esta nova governamentalidade a partir dos conceitos de sexopolítica¹⁰ e biocapitalismo, onde

(...) parece possível desenhar uma cronologia das transformações da produção industrial do último século

10 Para Preciado (2004, p.157), a sexopolítica se caracteriza como "(...) uma das formas dominante de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamado sexuais, as práticas sexuais e os códigos de masculinidade e feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) forma parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida".

do ponto de vista do que se converteu progressivamente no negócio do novo milênio: a gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade. Dito de outro modo, faz-se pertinente hoje levar a cabo uma análise sexopolítica da economia mundial (PRECIADO, 2008, p.26).

Neste contexto, a autora designa o capitalismo farmacopornográfico como uma

(...) nova era em que o melhor negócio é a produção da espécie mesma, de sua alma e de seu corpo, de seus desejos e afetos. O biocapitalismo contemporâneo não produz 'nada', exceto a própria espécie. Apesar de que estamos acostumados a falar de sociedade de consumo, os objetos que consumimos são o confete sólido de uma produção virtual psicotóxica. Consumimos ar, sonhos, identidade, relação, alma. Este novo capitalismo farmacopornográfico funciona na realidade graças à gestão biomédica da subjetividade, através de seu controle molecular e da produção de conexões audiovisuais (PRECIADO, 2008, p.44).

É possível dialogar as reflexões de Beatriz Preciado sobre a sexopolítica e a era farmacopornográfica com as análises que Deleuze (1992) desenvolve sobre as sociedades de controle, "que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea" (DELEUZE, 1992, p.215). Essa governamentalidade age sobre a vida e o vivente constituindo um dos elementos centrais da biopolítica contemporânea.

No entanto, cabe perguntar: tudo é só assujeitamento? Há resistências? E onde se produzem? Poderíamos responder: no âmbito dos próprios dispositivos

encontram-se resistências. Estas não são produzidas fora dos mecanismos de poder e assujeitamentos, mas compõem um exterior constitutivo, uma dobra que reitera a todo instante a norma. Por dentro do dispositivo “testo”, nos seus interstícios, a aposta é potência nas resistências que atuam naquilo que Deleuze chamou das fissuras nos dispositivos.

O Cuidado e as Práticas de si – por um devir-trans

Entendendo que no âmbito dos próprios dispositivos – espaços de poder e controle – operam também as resistências é possível perceber que no dispositivo “testo” processos de assujeitamentos reforçam códigos culturais, discursos e práticas heteronormativos quanto possibilidades de vazar e/ou subverter o imperativo normativo. Tomando a perspectiva das resistências, recuperamos as discussões foucaultianas sobre os sujeitos, o cuidado, as práticas de si e as experiências ético e estética com o outro, consigo mesmo e com a vida.

A partir dos estudos das sociedades greco-romanas, Foucault mergulha num *ethos* cuja relação dos sujeitos consigo mesmo e com os outros era caracterizada por uma ética e, conseqüentemente uma estética, um exercício sobre si com a finalidade de atingir um certo modo de vida.

Sobre esta questão nos coloca Foucault (2004):

O problema das relações entre o sujeito e os jogos de verdade havia sido até então examinado por mim a partir seja de prática coercitivas - como no caso da psiquiatria e do sistema penitenciário -, seja nas formas de jogos teóricos ou científicos – como a análise de riquezas, da linguagem e do

ser vivo. Ora, os meus cursos no Collège de France, procurei considerá-lo através do que se pode chamar de uma prática de si, que é, acredito, um fenômeno bastante importante em nossas sociedades desde a era greco-romana, embora não tenha sido muito estudado. Essas práticas de si tiveram, nas civilizações grega e romana, uma importância e, sobretudo, uma autonomia muito maiores do que tiveram a seguir, quando foram até certo ponto investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas ou do tipo médico e psiquiátrico (FOUCAULT, 2004, p.264).

O que uma certa perspectiva foucaultiana de tentar construir uma genealogia sobre os modos de vida grego possibilita as reflexões aqui apontadas é o exercício de pensar como essas práticas de si foram “perdidas” ou transformadas ao longo do tempo. Como uma certa moral e ética consigo mesmo e, conseqüentemente com os outros foram sendo capturadas por mecanismos de assujeitamentos e gestão da vida. Olhar esse processo é também potencializar suas fissuras e dobras. Foucault (2004) quando questionada numa entrevista denominada “O retorno da Moral”, já muito próximo de sua morte, sobre a relação entre as práticas de si modernas e as práticas de si gregas onde talvez existissem enormes diferenças entre elas ou não tinham nada a ver uma com as outras, prontamente responde: “ Nada a ver? Sim e não. De um ponto de vista filosófico estrito, a moral da antiguidade grega e a moral contemporânea nada têm em comum. Em contrapartida, se tomarmos o que estas morais prescrevem, impõem e aconselham, elas são extraordinariamente próximas (..)”.

É essa proximidade que iluminaram as reflexões aqui, timidamente, construídas. É preciso, neste sentido, trazer para a biopolítica contemporânea a potência nos/dos

corpos e suas singularidades. Sobre esta possibilidade reside a aposta deste texto: a potência dos modos de vida e a ideia de que nem fora nem por trás dos dispositivos de controle, mas no seu âmbito, nas suas urdiduras cotidianas, em suas atualizações se operam a todo instante as resistências. Por isso podemos dizer que o dispositivo “testo” produz assujeitamentos, mas produz também resistências e, a todo instante os homens transexuais se reinventam nas suas formas de ser homem e de construir suas masculinidades.

O fragmento abaixo revela, entre outras coisas, as fissuras que saltam na relação testosterona/transexuais masculinos:

“Eu acho que não é nada psicológico, ah eu quero ser homem tenho então tem que ser grosso..Ah eu tenho que ser homem então não pode chorar. Isso também é bobeira. Eu vejo filme e rolo de chorar...”
Antônio.

São nessas brechas que as reflexões aqui levantadas se esgueira na busca de visibilizar discursos e práticas que se coloquem frente às normas e potencializam a capacidade de reinventá-las. Chora-se com testosterona, sem testosterona. Chora-se por agenciamentos os mais diferentes possíveis. É essa multiplicidade que produz nos dispositivos os seus limites e, também suas capturas. Nas apostas, fico com as fissuras, mesmo que suas visibilidades e dizibilidades sejam mais difíceis de se fazer ver e dizer.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Ilha de Santa Catarina, 5, p.9-16, 2005.

American Psychiatric Association (APA). **DSM – IV – TR**. Manual Diagnóstico e Estatuto de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

American Psychiatric Association (APA). **DSM – V – TR**. Manual Diagnóstico e Estatuto de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOURCIER, Marie Hélène. Technotesto: biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. **Cahiers di Genre**, n. 45, p. 55-84, 2008.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York: B. Library, 1993.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

CASTEL, Pierre. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do fenômeno transexual (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n.41, 77-111, 2001.

DE LAURETTIS, Teresa. **Technologies of Gender**. Blomington: Indiana University Press, 1987.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: MICHEL

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: _____. **Ditos & Escritos – Foucault – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. O retorno da moral. In: MOTTA, Manoel de Barros. **Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GAUDILLIÈRE, Jean-Paul. La fabrique moléculaire du genre: hormones sexuelles, industrie et médecine avanti la pilule **Cahiers Du Genre**, Paris, n. 34, p.57-80, 2003.

GUATTARI, Félix ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis, rio de Janeiro, 2005.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad Femenina.** Barcelona/Madrid: Egales, 2008.

HAUSMAN, Bernice. **Changing sex:** transsexualism, technology and the idea of gender. Durham: D. U. Press, 1995.

LIMA, Fátima. **A Construção do Dispositivo da Transexualidade:** saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ, abril de 2011.

NERY, João W. **Viagem Solitária:** memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya Brasil, 2011.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notas para uma política de los anormales. **Revista Multitudes**, 2004.

PRECIADO, Beatriz. **Testo yonki.** Madrid: Espasa, 2008.

Posfácio

Rodrigo Borba

Universidade Federal do Rio de Janeiro

“Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio”

Mário de Sá-Carneiro

“O futuro nunca se anima a ser de todo presente
sem antes ensaiar, e esse ensaio é a esperança.”

Jorge Luis Borges

Os textos reunidos neste volume ilustram a trajetória intelectual e militante de uma antropóloga cujo trabalho não fica enclausurado pelas paredes de seu gabinete; Fátima Lima se mostra aqui uma pesquisadora que está “no mundo”, lá mesmo onde a vida é produzida e refeita. Sua agudeza analítica e seu olhar detalhado para as urdiduras cotidianas que nos fazem sujeitos em suas tramas discursivas, éticas, estéticas e políticas nos força a repensar o que pode o corpo e, sobretudo, ver o lugar contestado, negociado e fugidio desse corpo nos processos de governo da vida e dos viventes que movimentam a biopolítica contemporânea. Neste livro, a autora lança seus esforços na reflexão, teoricamente potente, sobre corpos, gêneros e sexualidades como elementos centrais nos processos

de subjetivação atuais, marcados pela intensificação de tecnologias de normalização do corpo, e os entende como “armas”, como dispositivos de enfrentamento/resistência contra os assujeitamentos dos corpos (e de suas potencialidades) à matriz heteronormativa. Para tanto, ela discute sobre “formas de subjetividades e modos de vida que reiteram e ao mesmo tempo se opõem e negam a heteronormatividade”, analisando o complexo e escorregadio jogo entre sujeitos e dispositivos de controle.

Defrontado com o desafio de escrever um texto para finalizar o livro, me senti desterritorializado: como encerrar uma obra que não oferece pontos finais, que desconfia de certezas naturalizadas e significados estáveis, que, ao invés de sugerir saídas certeiras, investe na fluidez da relação entre “assujeitamentos (incitação, controle) e resistências (práticas de si, formas [...] de estar no mundo)” e, assim, aponta para um campo aberto e maleável de possibilidades para desestabilização da heteronormatividade? O curso de ação mais seguro seria resumir os diferentes argumentos dos capítulos, colocá-los em diálogo, salientar suas contribuições, sublinhar o fio condutor dos diferentes capítulos, discutir suas limitações, indicar possíveis desdobramentos do conhecimento produzido etc. No entanto, essa tarefa se mostra desnecessária, pois os textos apresentados aqui, embora produzidos em diferentes momentos da carreira da autora e com focos analíticos distintos, estão coerentemente unificados por seu interesse na produção da vida social, nas “potencialidades de existir”, nas subversões da ordem estabelecida e no jogo paradoxal entre reiteração dos e resistência aos dispositivos de controle que constroem nossas ações sociais.

Um livro que desvia de caminhos já traçados, que duvida de ontologias, metafísicas e essências, que se propõe a “fazer ver e dizer a desestabilização dos e nos dispositivos

de controle” e semeia a esperança de produzirmos “novas/ outras formas de visibilidades (formas de ser e estar no mundo) e dizibilidades (formas de dizer)”, não clama por um texto de encerramento. Requer, isto sim, uma abertura para discussão e, no sentido mais nietzschiano, ruminação dos desafios aqui propostos “para uma política da vida não mais baseada na premissa de que só determinadas vidas valem a pena”. Recorro ao dicionário: consoante o Novo Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 1120), um posfácio é “uma advertência posta no fim de um livro”. Neste posfácio, me assujeitarei a este potente dispositivo que tenta estabilizar e controlar nossa vida na linguagem para oferecer algumas advertências aos/às leitores/as deste livro. Tais advertências, feitas após o acontecimento sobre o qual advertem, nada podem prevenir (como seria de se esperar); de fato, não tentam evitar nada, mas sim provocar, fomentar a discussão e salientar a potência política das ideias desenvolvidas nesta obra.

1ª advertência: quem conhece a trajetória de Fátima Lima, sabe de sua experiência como pesquisadora das transexualidades e de sua militância para a despatologização dessas vivências. Uma trajetória acadêmico-ativista/ativista-acadêmica, de fato. Como não poderia deixar de ser, muitos dos capítulos aqui reunidos versam sobre a construção histórica da transexualidade, sobre os assujeitamentos impostos pelo imperativo biomédico do diagnóstico de disforia de gênero e, centralmente, sobre os abalos produzidos por pessoas trans em suas vidas cotidianas nos dispositivos que tentam engessar sua multiplicidade na narrativa patológica de “transexual verdadeiro”. Contudo, este livro não é *sobre* as transexualidades. Embora falem de/ sobre/para pessoas transexuais, estes textos transbordam seu foco analítico e alcançam a dimensão mais ampla dos processos discursivos e práticos que nos tornam humanos/as, que nos desumanizam e aqueles que se apresentam

como possibilidades para nos re-humanizarmos.

Partindo da premissa butleriana de que nem os sujeitos antecedem os discursos, nem os discursos antecedem os sujeitos, a autora lança-se à “compreensão dos aspectos não hegemônicos da vida social, dos saberes subalternos, das sexualidades ditas ‘periféricas’, dos corpos ininteligíveis e dos processos de assujeitamentos” e, com isso, brada pela “necessidade urgente de repensar e redefinir os imperativos normativos que apagam as singularidades”. Embora também fale sobre transexualidades, o que no fundo interessa a antropóloga é o complexo jogo estabelecido entre sujeitos e normas. O livro, assim, fala sobre as dinâmicas de reiteração e resistência aos imperativos normativos que produzem padrões de normalidade e, por consequência, de anormalidade. Fátima Lima se interessa pela potência dos/as anormais, pela força das abjeções para questionar e minar o campo de significados no qual certos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1953/2000) se sedimentam e definem os limites do que é reconhecido como humano: homem-pênis-atividade-agressividade-racionalidade-praticidade-heterossexualidade; mulher-vagina-passividade-sensibilidade-emoção-fragilidade-heterossexualidade. Mas onde se dão essas possibilidades de subversão? Onde e como se podem confeccionar mudanças? Segundo a autora, a subversão é possível porque “no âmbito dos próprios dispositivos encontram-se possibilidades de resistências”; ou seja, os dispositivos controlam, capturam, produzem indivíduos e, paradoxalmente, oferecem os elementos para sua própria contestação. Tal contestação é constituinte e constitutiva das relações de poder cotidianas. É na cotidianidade que os corpos, gêneros e sexualidades podem se tornar armas de guerra contra a matriz de inteligibilidade que produz certas vidas como mais valiosas, mais humanas que outras.

2ª advertência: uma rápida passada de olhos pelas referências bibliográficas listadas aqui nos mostram as influências intertextuais que movimentam as inquietações da autora: Foucault, Butler, Preciado, Deleuze etc. Ao julgar por tais referências, se poderia esperar um livro cheio de reflexões mais gerais, “abstratas”, preocupadas com os âmbitos macrossociológico e macropolítico da vida em sociedade, assim como os/as autores/as citados/as por Fátima Lima. No entanto, seu interesse militante pelo mundo, pela vida, pela rua, por aquilo que escapa a segurança dos muros da universidade impele a autora a se engajar em análises de práticas sociais concretas e entender a relação entre elas e a malha de discursos e significados macrossociais que as constituem e são por elas contestados.

Os textos reunidos neste volume apontam para a necessidade premente de trazermos para a análise dos processos de assujeitamentos e subjetivações a indissociabilidade entre o macro (discursos, instituições, dispositivos, políticas, Estado etc.) e o micro (a cotidianidade da vida social, nossas interações diárias, nossas práticas hodiernas desenvolvidas com outros). Segundo a autora, é na micropolítica de nossas vidas diárias, na molecularidade do cotidiano que universalizações, ontologias, metafísicas e o próprio social encontram seus limites e são constante e insistentemente desafiados. Com isso, a autora nos mostra que alternativas para a vida social não estão em grandes generalizações ou políticas públicas universalizantes, mas sim nos detalhes éticos, estéticos e políticos quase imperceptíveis do dia-a-dia. A autora amarra sofisticadas reflexões teóricas às mais ínfimas dimensões da vida social: as práticas diárias que desenvolvemos com outros são o *milieu* privilegiado onde podemos vislumbrar alternativas para desestabilização dos imperativos normativos que, segundo a autora, “se apropriam do sofrimento enquanto uma condição natural”. É nas nossas relações com o outro

que aprendemos a ter a ousadia e desenvolvemos modos de encarar e enfrentar a norma. Os textos reunidos aqui nos ensinam que na cotidianidade de nossas práticas o eu não existe sem o outro; o eu é atravessado, em todos os níveis, pelo olhar do outro; o eu e o outro se retroalimentam e, desse modo, produzem os horizontes de ação social. Nessa dinâmica diária, onde está aquilo que chamamos de identidade? Qual o papel da identidade nas subversões das quais nos fala Fátima? Qual o papel das políticas de identidade?

3ª advertência: dentre as várias acepções para o verbete “identidade” no Novo Aurélio, (FERREIRA, 2010, p. 738) encontramos “1. Qualidade de idêntico [...], 5. Relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas”. Essa categoria-ferramenta utilizada para pensarmos nossas relações conosco mesmos/as e com uma coletividade tem sido central nos estudos sobre gêneros e sexualidades: falamos de/sobre/com pessoas transexuais, gays, lésbicas, queer, homens, mulheres, travestis, etc. como se, no detalhe, todos/as compartilhassem de traços semelhantes que os/as associam uns/umas aos/às outros/as. Mesmo após o advento das teorias *queer*, que tenta minar categorias identitárias ao mostrar suas contingências, pesquisas sobre aqueles e aquelas que de algum modo estão fora do cânone construído para o humano partem da identidade como propulsor de sua ligação social, como catalizador de suas semelhanças e como solo para ação política. Contudo, como os textos deste volume mostram, o foco na cotidianidade, na micropolítica das relações entre o eu e o outro possibilita vermos como isso que chamamos de identidade é (re)negociado a cada momento e de novo no aqui e agora de nossas ações diárias.

Se, como a autora sublinha, “a construção de ‘identidades’ se produz e funciona a partir de um intrincado

jogo entre o eu e o outro, marcado por relações de poder, processos de assujeitamentos e possibilidades de subversões que se inscrevem no mundo dos significados sociais e no campo da política”, o eu existe *com/para/pelo* outro; ou como diz Mário de Sá-Carneiro, “eu não sou eu nem sou o outro”, somos sempre “qualquer coisa de intermédio”. Nessa relação eu/outro não pode haver identidade, pois um (in)forma o outro em todos os níveis: em nossas ações diárias, o eu deixa de ser eu e se torna, em parte, outro; o outro deixa de ser outro e se torna, em parte, eu; o que se produz nessa dinâmica são semelhanças suficientes e temporárias – que possibilitam a ação conjunta – atravessadas por diferenças – que instigam a resistência. O trabalho de Fátima Lima, nesse sentido, nos provoca a suspender o uso da categoria “identidade” e mostra que ao passo que os dispositivos de controle da biopolítica contemporânea tentam governar pela naturalização, essencialização e universalização de características compartilhadas (i.e. identidade), na micropolítica das relações de poder cotidianas, essa objetificação das experiências humanas encontra seus limites nas formas criativas que indivíduos forjam para construir, na retórica butlereana, vidas vivíveis apesar dos regimes de verdade coercitivos e desumanizadores. A antropóloga, assim, usa a categoria “identidade” com desconfiança e aposta, ao contrário, nas diferenças; não fala de “identidades” mas sim de *modos* de existência, de vida, de subjetividades. Ao colocar as semelhanças em segundo plano e salientar as potências das diferenças entre o eu e o outro, entre o nós e o eles/as, a autora defende que somente a solidariedade pode potencializar agenciamentos individuais e coletivos. Solidariedade essa que acredita poder ser construída e negociada nas “multidões *queer*”: um agrupamento sem identidade unificadora, mas pleno de diferenças agregadoras que, em sua anormalidade, fomenta a “desterritorialização

da heterossexualidade e a reterritorialização de modos de subjetivação que subvertem a norma”.

As advertências listadas acima não tentam resumir o livro nem tampouco replicar e esmiuçar o pensamento da autora; são, ao contrário, resultado das provocações e destabilizações que os capítulos me impuseram. No bojo da empreitada intelectual representada nesses textos, está talvez a mais importante das advertências propostas pela autora: “todo processo de assujeitamento traz possibilidades de subversão e esta potência de subverter é a potência criativa da vida, a garantia de que a própria vida só é vida porque pode ser subvertida e reinventada”. A capacidade de reinventarmos a vida social é a jogada na qual Fátima Lima aposta suas esperanças. E, como Jorge Luis Borges sabiamente adverte, a esperança é o ensaio para o futuro. Os capítulos deste livro são ensaios para um futuro aberto a possibilidades culturais, como quer Butler, no qual aqueles e aquelas que hoje são tidos/as como abjetos/as e indesejáveis terão reconhecimento no campo semântico da humanidade que pode ser feito e ampliado pelas armas das multidões queer.

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1953/2000.

Sobre a autora



Antropóloga. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/campus Macaé. Tem experiência de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais em Saúde com ênfase em Antropologia e Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade e processos políticos de subjetivação. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq. Autora do livro em formato e book “Corpos, Gêneros e Sexualidades – Políticas de Subjetivação”.

Contato:fatimalima4@gmail.com



Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

- * **Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação** - Laura Camargo Macruz Feuerwerker.
- * **O cuidado e a educação popular em saúde** - Org. Luciano Bezerra Gomes.
- * **O trágico na produção do cuidado - Uma estética da saúde mental** - Ricardo Moebus.
- * **O cuidado em saúde aprendendo com a morte** - Orgs. Ana Lúcia Abrahão e Emerson Elias Merhy
- * **Pesquisadores IN-MUNDO - Um estudo da micropolítica da produção do acesso e barreira em saúde mental** - Orgs. Paula Cerqueira e Emerson Elias Merhy
- * **Lavoro della salute: micropolíticas e cartografias** - Orgs. Túlio Batista Franco e Emerson Elias Merhy.
- * **Corpos, gêneros e sexualidades – dispositivos de subjetivação** - 1ª edição - Fátima Lima.
- * **Cartografias do apoio na gestão em saúde** - Org. Laura Feuerwerker

editora



redeunida

www.redeunida.org.br